ISSN 2359-053x

ANO 7 - NÚMERO 89 - MAR 2022

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$ 15

AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

p. 08

Foto: Daniel Govino

CONSCIÊNCIA NEGRA
Justiça por Marielle e Anderson
Quem mandou matar Marielle?
p. 20

ECOLOGIA
O Buriti e a Carnaúba: entre a Academia e a Ciência
p. 22

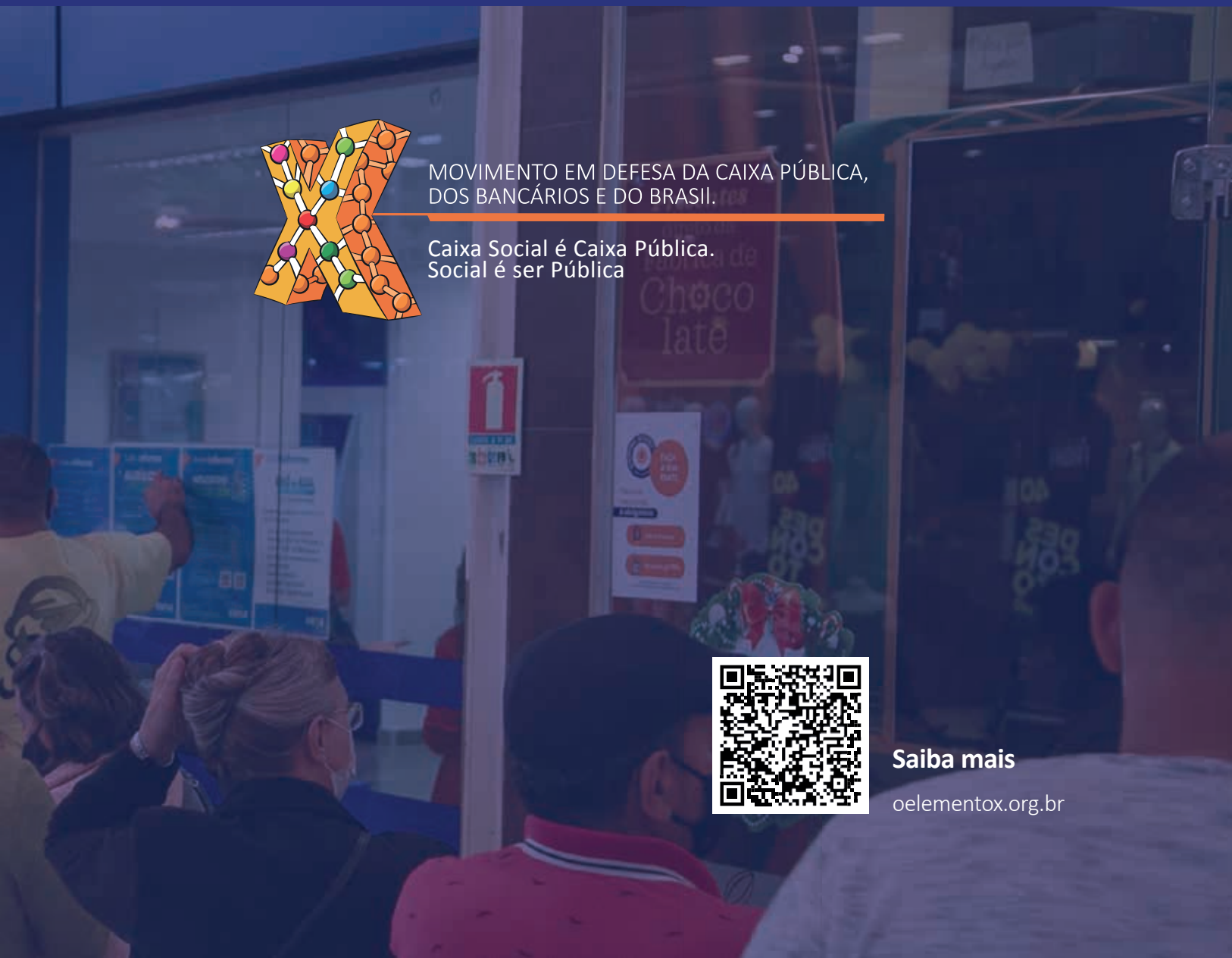
HISTÓRIA SOCIAL
Dona Elisa e o diálogo de surdos na Ucrânia
p. 30

MOVIMENTO EM DEFESA DA CAIXA PÚBLICA,
DOS BANCÁRIOS E DO BRASIL.

Os empregados e empregadas são a força motriz que protege a Caixa e permite que ela alcance todos os cantos do país. São mais de 84 mil pessoas, que seguem atuando para garantir a efetividade das políticas públicas de educação, saneamento, agricultura, moradia e sustentabilidade.

Mas, o banco público está sob ameaça de privatização e essa força precisa do apoio dos 211 milhões de brasileiros e brasileiras. Por isso, os bancários e bancárias da Caixa estão fazendo um chamamento público e pretendem envolver toda a sociedade para defender a Caixa pública e reforçar a importância do banco para todos e todas.

Junte-se ao movimento em defesa da Caixa!



MOVIMENTO EM DEFESA DA CAIXA PÚBLICA, DOS BANCÁRIOS E DO BRASIL.

Caixa Social é Caixa Pública.
Social é ser Pública

Saiba mais

oelementox.org.br

> **O mundo presencia a perda da humanidade.**
>
> Txai Suruí

COLABORADORES/AS - MARÇO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Andreia Prestes** – Escritora. **Caetano Scannavino** – Empreendedor Social. **Claiton dos Santos** – Sindicalista. **Cristina Ávila** – Jornalista. **Emir Bocchino** – Designer Gráfico. **Emir Sader** – Jornalista. **Gilney Viana** – Ambientalista. **Iêda Leal de Souza** – Professora. **Iêda Vilas-Bôas** – Escritora. **Janaina Faustino** – Gestora ambiental. **José Ribamar Bessa Freire** – Professor. **Kleytton Morais** – Dirigente Sindical. **Leanderson Lima** – Jornalista. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Luiz Felipe Vitelli** – Poeta. **Mabel Velloso** – Escritora. **Rosilene Corrêa** – Professora. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista (*in memoriam*).
Zezé Weiss – Jornalista. **Ailton Krenak** – Escritor. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Andréa Luísa Teixeira** – Professora. **Andrea Matos** – Sindicalista. **Ângela Mendes** – Ambientalista. **Antenor Pinheiro** – Jornalista. **Binho Marques** – Professor. **Cleiton Silva** – Sindicalista. **Elson Martins** – Jornalista. **Emir Sader** – Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** – Advogado. **Graça Fleury** – Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** – Poeta. **Iêda Leal** – Educadora. **Iêda Vilas-Bôas** – Escritora. **Iolanda Rocha** - Professora. **Jacy Afonso** – Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** – Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** – Escritor. **Júlia Feitoza Dias** – Historiadora. **Kleytton Morais** – Sindicalista. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Lucélia Santos** – Atriz. **Lúcia Resende** – Revisora. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** – Jornalista. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata. **Trajano Jardim** – Jornalista.

CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana – Sindicalista. **Eduardo Pereira** – Produtor Cultural. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** –Economista.

"Amazônia: Desenvolvimento para Quem?" é a matéria de capa da nossa Xapuri 89. Nela, nosso parceiro Caetano Scannavino, empreendedor ambientalista com 30 anos de vivência de floresta, faz uma análise profunda dos descaminhos sociais, econômicos e ambientais que podem levar a Amazônia ao ponto do não retorno.

Fechamos esta edição (09/03) com um enorme sentimento de angústia pelo que pode acontecer com o Projeto de Lei 191/2020, do Executivo, que permite a mineração em terras indígenas, pautado pelo presidente da Câmara para votação em regime de urgência a qualquer momento no Congresso Nacional. Este tema volta, com certeza, na Xapuri 90.

No mais, com uma linda lenda indígena sobre a origem das águas, nossa homenagem ao Dia da Mullher, celebrando 13 mulheres fundamentais para o fortalecimento da participação feminina na política brasileira e nossa pauta plural e diversa de sempre, seguimos por aqui, desejando a você uma boa leitura.

Bom Proveito!

Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

É com muita alegria política que participo do Conselho Editorial da Revista Xapuri. Extremamente grata pela confiança, me sinto honrada por fazer parte de um coletivo compromissado com a defesa intransigente do meio ambiente, dos direitos humanos e da democracia. Por Rosa de Luxemburgo, saudações pacifistas!

Andrea Matos – Conselheira da Revista Xapuri – Rio de Janeiro – RJ

Uma honra para mim participar da equipe da Revista Xapuri! Em breve pretendo retomar a produção de artigos inéditos, agora também como o mais novo geógrafo do pedaço!

Antenor Pinheiro – Conselheiro da Revista Xapuri – Goiânia – GO

É sempre uma honra participar deste projeto muito importante para todos nós. Aproveito para renovar minha concordância em participar do Conselho Editorial. Um forte abraço, e vamos continuar buscando o fortalecimento da nossa Revista Xapuri. Parabéns a toda a equipe pela dedicação e pelo profissionalismo.

Jair Pedro Ferreira – Conselheiro da Revista Xapuri – Brasília – DF

Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri
@bobwolfenson,

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 89 MAR 22

08 **CAPA**
Amazônia: Desenvolvimento para quem?

17 **BIODIVERSIDADE**
Muçurana: uma cobra totalmente inofensiva

20 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Justiça por Marielle e Anderson
Quem mandou matar Marielle?

22 **ECOLOGIA**
O Buriti e a Carnaúba: entre a Academia e a Ciência

25 **MITOS E LENDAS**
A origem das águas: uma versão do povo Panará

26 **FEMINISMO**
13 Mulheres fundamentais para as conquistas da participação feminina na política brasileira

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

28 **GASTRONOMIA**
Frigideira de maturi

30 **HISTÓRIA SOCIAL**
Dona Elisa e o diálogo de surdos na Ucrânia

33 **BRASÍLIA**
Notícias de Brasília

36 **MEIO AMBIENTE**
Alice, o Gato Risonho e a transição ecológica

38 **RESISTÊNCIA INDÍGENA**
Inominável usa guerra na Rússia para forçar mineração em terras indígenas

41 **MEMÓRIA**
Nosso quintal é do tamanho do mundo

44 **POLÍTICA**
Ser de esquerda hoje no Brasil

46 **SUSTENTABILIDADE**
A insanidade dos cavaleiros do apocalipse: Rússia e USA

48 **UNIVERSO FEMININO**
Zina Aita: a quase invisível participante da Semana de Arte Moderna de 1922

AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

Caetano Scannavino

A usina de Tucuruí, no Pará, foi inaugurada nos anos 1980 para gerar energia ao país e à indústria do alumínio. As comunidades do entorno, além de sofrerem com os impactos do empreendimento, só tiveram acesso à luz elétrica vinte e poucos anos depois. Os paraenses seguem pagando a maior tarifa de toda a federação, apesar de o estado ser o segundo maior produtor de energia do Brasil. E seguimos exportando alumínio para importar bicicletas de alumínio.

A visão nacional de desenvolvimento de meio século atrás insiste em ganhar sobrevida nos tempos atuais. A foto do *progresso* permanece sendo a imagem dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, sejam minerários, hidrelétricos ou viários. Ou daqueles tratores alinhados nos campos agrícolas, trazendo a soja e o boi para ocupar esse grande vazio, onde não teria *nada e ninguém* que não fosse a selva e os selvagens – na imagem de olhares míopes dos que pararam no tempo.

São os *civilizados* chegando, para desbravar um mundo que continuam sem conhecer. Uma liderança Yanomami compara como fazem os índios e os brancos quando estão prospectando na floresta a caminho de um ponto desconhecido: os brancos, com todo aparato tecnológico, seguem em linha reta *direto ao ponto* e, quando o alcançam, aí vão ver o que destruíram no caminho; já os índios o circundam seguindo uma rota na forma de espiral para que, quando alcançado, já tenham conhecimento de tudo que está ao redor, e então poderem interagir de forma mais harmônica com o entorno.

Em nome da civilização, só no Brasil já se devastou uma área igual a duas Alemanhas de floresta amazônica, para que 63% dela fosse ocupada por pastagens de baixíssima produtividade – com menos de um animal por hectare – e outros 23% fossem abandonados (TerraClass Amazonia / Embrapa e Inpe).

Um modelo que compromete tudo e todos para favorecer só alguns. Se fosse bom, depois de tanto ouro extraído, municípios dentre os mais áureos do mundo como Itaituba ou Jacareacanga, no rio Tapajós, não deveriam ocupar o andar de baixo dos indicadores sociais. Dos nossos 5,5 mil municípios, Itaituba é 4.377º colocada, enquanto Jacareacanga ocupa o 4.418º posto no *ranking,* entre os 100 piores do país pelo IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

Desmata-se para ficar ainda mais pobre, monetária e não monetariamente, uma região que há 50 anos não descola dos pífios 7% a 8% de participação no PIB nacional.

Se faz algum sentido, só se for para os que vivem de ilícitos, em uma região onde *o legal é o ilegal*. A sociedade brasileira tem permitido que poucos se apropriem de riquezas que são de todos – o ouro, a madeira, as terras públicas. Não pagam impostos e ainda deixam a conta do estrago. Enquanto criminosos são premiados com seguidas anistias, os que querem fazer a coisa certa acabam punidos. Não conseguem concorrer com o preço baixo da extração ilegal, então quebram ou mudam de lado, desestimulando investimentos responsáveis e a própria existência de um mercado como deveria ser.

As nossas taxas de desmatamento na Amazônia seguem crescentes, em um bioma que começa a sucumbir, com algumas regiões já emitindo mais gás carbônico do que absorvendo, como apontou o estudo que chamou a atenção do mundo, publicado na *Nature* em meados de 2021, *Amazonia as a Carbon Source Linked to Deforestation and Climate Change*. Ao invés de se buscar apoio por soluções de vanguarda, o que se vê é a vanguarda do atraso quando algumas das nossas autoridades se limitam a justificar que "os países ricos devastaram e agora não querem que a gente se desenvolva".

Esquecem que proteger a Amazônia, antes de ser *coisa de gringo,* é interesse nacional. Para o coordenador do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases-Estufa (SEEG), Tasso Azevedo, sem o bioma, a temperatura média subiria

Foto: Caetano Scannavino

0,25 ºC no planeta, mas saltaria 2 ºC no Brasil, onde se perderiam 25% das chuvas, inviabilizando a agricultura e a geração de energia.

Cobrar apoio dos países ricos não está errado, afinal, os benefícios gerados pela Amazônia são globais e os custos de conservação permanecem locais. Só que para isso é preciso propor caminhos, e com a floresta em pé. Caso contrário, fica a impressão de que nosso governo sequestrou a Amazônia em chamas e foi ao exterior pedir o resgate.

Se é para falar sério de soberania, a melhor forma de garanti-la é liderando a construção de um projeto para a região que seja pactuado entre os diversos setores, em parceria com nossos vizinhos pan-amazônicos, e com a cooperação do restante do mundo.

Soluções existem, muitas delas construídas a partir da academia, dos povos indígenas, de agroextrativistas, empreendedores responsáveis e projetos demonstrativos do 3º Setor.

Ninguém é contra as facilidades do acesso às energias, transportes e telecomunicações. A questão não é ser contra ou a favor do desenvolvimento. O que está em jogo é qual o modelo que queremos, se para muitos ou para poucos, se só para as atuais gerações ou as futuras, se para a frente ou para trás.

JAMAIS SE RESOLVERÁ O AMBIENTAL SEM RESPOSTAS PARA O SOCIAL

A saúde é vista como o principal problema para três em cada quatro moradores da Amazônia Legal

Os grandes empreendimentos, planejados para atender o resto do país, nem sempre se convertem devidamente em benefícios para os mais de 25 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia.

Se comparada com outras regiões do país, há um abismo de infraestrutura gigantesco no acesso dos nortistas às políticas sociais e aos serviços básicos de saúde, educação, energia, transportes, comunicações e saneamento.

A luz elétrica já alcançou 98% dos lares brasileiros, mas é na Amazônia onde se encontra grande parte dos excluídos. Isso traz um limitante para qualidade de vida não apenas pela iluminação, mas também para as telecomunicações, agregação de valor nas cadeias produtivas, conservação de alimentos e medicamentos.

Com a Covid-19, as mazelas sociais da Amazônia ficaram ainda mais escancaradas quando vimos que São Paulo entrou na pandemia com um respirador para cada 2,4 mil habitantes, enquanto em Macapá/AP havia um aparelho para cada 9 mil. Ou em

Foto: Caetano Scannavino

Foto: Caetano Scannavino

Santarém (PA), um para cada 20 mil. Como agravante, além da insuficiência de respiradores, vimos locais colapsados também pela falta de oxigênio para abastecê-los.

Enquanto mais de 90% da população do Sudeste têm acesso à rede de água, esse número cai para apenas 57% na região Norte, onde somente 10,5% dos seus moradores têm esgoto coletado (Trata Brasil/2020). É um paradoxo que na maior bacia de água doce do mundo, em cima do maior aquífero do Planeta, com reservas que poderiam abastecer a humanidade por 250 anos, os ribeirinhos sofram de estresse hídrico, dependentes das águas contaminadas dos rios. É a origem de boa parte das doenças e maior causa da mortalidade infantil, decorrente das diarreias e da desidratação.

Sem querer desmerecer as devidas preocupações com as florestas e com o desmatamento, o fato é que não basta só o ambiental sem respostas ao social. Segundo a pesquisa *Decisores da Amazônia* (Institutos Mundo Que Queremos / Clima e Sociedade), a saúde é vista como o principal problema para três em cada quatro moradores da Amazônia Legal, entendida como a área mais carente em infraestrutura nos municípios da região. E num território onde municípios têm o tamanho de países – dos dez mais extensos do mundo, seis estão na Amazônia – o quadro de exclusão é ainda mais agudo nas zonas rurais, com populações dispersas, esparsas, de difícil acesso, e altos custos logísticos.

Como as políticas básicas são de competência dos governos locais, a conta jamais fechará se a equação continuar simplificada ao número de habitantes versus receitas. Não é fácil para uma prefeitura como a de Altamira (PA) distribuir a merenda escolar seguindo o padrão custo-aluno ou implementar a atenção básica via tabela SUS junto aos seus cidadãos espalhados em uma área maior que a Grécia ou Portugal.

O desafio de conciliar conservação, inclusão social, crescimento econômico e o desenvolvimento da Amazônia permanece. Só não pode mais ser visto apenas de forma unidirecional, para o outro lado da nação, insistindo num modelo que deu errado, justamente nestes tempos em que não há mais tempo para errar.

CAMINHOS EXISTEM, SOLUÇÕES TAMBÉM

Estratégias diferenciadas que atendam às peculiaridades amazônicas devem ser priorizadas na formulação de políticas para a região, adaptadas e includentes, assim como o estímulo às alianças, à participação local e ao desenvolvimento de tecnologias sociais apropriadas, demonstrativas e escaláveis para impactar o território como um todo.

Foto: Caetano Scannavino

Temos visto melhores resultados quando tomadores de decisão adotam uma atitude mais proativa de cooperação e soma de esforços mobilizando comunidades, associações de bairros, academia, organizações do terceiro setor e programas de responsabilidade empresarial.

Já existem algumas iniciativas neste sentido. Um bom exemplo vem do Tapajós, com o modelo de saúde básica através do barco-hospital Abaré tendo virado política pública nacional. A experiência implementada pela ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA), junto com as Prefeituras locais e representações comunitárias, inspirou a Estratégia de Saúde da Família Fluvial. Lançada há pouco mais de dez anos pelo Ministério da Saúde, tem apoiado os municípios da Amazônia e do Pantanal, contando hoje com mais de 60 embarcações de atendimento a ribeirinhos de zonas remotas.

Em meio à pandemia, vale destacar também o trabalho da ONG Expedicionários da Saúde, com as Unidades de Atenção Primária Indígena (UAPI) no apoio aos DSEIs (Distrito Sanitário Especial Indígena). Desenhadas para o enfrentamento das síndromes gripais e da Covid-19, as UAPIs contam com uma configuração de equipamentos que permite inclusive o tratamento de oxigenoterapia nas próprias aldeias, reduzindo assim situações de agravos e remoções para as cidades.

No campo do saneamento, seja através do PSA, no Pará, ou de outras organizações afins, como a Fundação Amazonas Sustentável e o Instituto Mamirauá, no Amazonas, tem-se inovado em tecnologias de captação de chuvas, sistemas de abastecimento e tratamento da água, movidos a energia fotovoltaica, sem necessidade de óleo diesel ou baterias, o que facilita a sustentação pelos próprios moradores.

Outro modelo que merece ser seguido é o *Xingu Solar*, iniciativa do Instituto Socioambiental com as associações indígenas e parceria do Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEE da USP, com mais de 60 aldeias beneficiadas com energia limpa para as escolas, postos de saúde e outras benfeitorias de uso coletivo, incluindo também a formação de uma rede de eletricistas indígenas capacitados para manutenção e reparos dos sistemas. São investimentos que reduziram de forma significativa a dependência do diesel, diminuindo os gastos públicos para aquisição do combustível, tanto para mover os geradores como para o seu deslocamento até essas áreas remotas.

Empreender em polos isolados e longínquos demanda soluções que tenham resolutividade, garantias de manutenção e que gerem autonomia comunitária. Já que as coisas demoram mais para chegar à Amazônia, que cheguem sendo o que há de mais avançado. Por outro lado, para que se constituam em tecnologias de ponta, na ponta, é preciso desenvolvê-las junto com a comunidade, de forma adequada ao universo cultural e capacidades locais para sua boa gestão. Caso contrário, corre-se o risco de aumentar a manada de elefantes brancos dos tantos empreendimentos que, mesmo bem-intencionados, hoje se encontram abandonados no meio do mato.

Daí a importância dos movimentos de base (indígenas, quilombolas, agroextrativistas), das organizações não governamentais, dos projetos de extensão e das parcerias público-privadas: viabilizam a atuação na ponta, através de metodologias participativas de cocriação, empoderamento e emancipação comunitária.

A cocriação chega a soluções próprias para a realidade da Amazônia e dos seus habitantes, mas em compasso com os rumos do planeta. São modelos de atenção básica e saneamento, de energias renováveis para eletrificação rural, de telecentros de acesso à internet para inclusão digital, de processamento de alimentos, de beneficiamento de produtos florestais para agregação de valor, entre outras infraestruturas para o bem-viver, de menor custo e maior benefício.

Essas experiências estão prontas para ganhar escala, sobretudo via políticas públicas.

A EFICIÊNCIA AGRÍCOLA PARA CRESCER PARA CIMA, NÃO PARA O LADO, DESMATANDO

Caso nossos tomadores de decisão quisessem de fato fazer a diferença, estariam blindando as florestas e focando no aumento da eficiência nas zonas agrícolas já consolidadas do bioma, incentivando técnicas modernas para se fazer mais com menos terra, menos impacto, menos desmatamento, menor pressão sobre as Unidades de Conservação e Territórios Indígenas. Assim, cresce-se para cima, até porque crescer para os lados é caso de polícia, diante do lucro fácil de especuladores e grileiros de terras.

Cabe atenção à experiência da Pecuária Verde de Paragominas (PA), que atualmente vem avançando para conciliar a conservação e a produção, em uma região até pouco tempo entre as vilãs do desmatamento na Amazônia. Após uma forte ação dos órgãos fiscalizadores, estabeleceu-se um pacto intersetorial com os produtores para a redução das derrubadas, cadastramento ambiental das propriedades e uso de práticas mais amigáveis ao meio ambiente.

Com apoio de pesquisadores e organizações não governamentais, iniciou-se um trabalho piloto junto às fazendas, com a recuperação das áreas degradadas, revitalização dos cursos d'água, intensificação da bovinocultura, adoção do pastejo rotacionado e outras novas técnicas que transformaram aquele cenário desolador. Em pouco tempo, a produtividade de carne em arrobas por hectare mais do que triplicou, associada ao aumento da rentabilidade e redução das emissões de CO2 (Silva, D., & Barreto, P. 2014).

Experiências como a de Paragominas deveriam ser regra, não exceção. Nivelar por cima, evidenciando

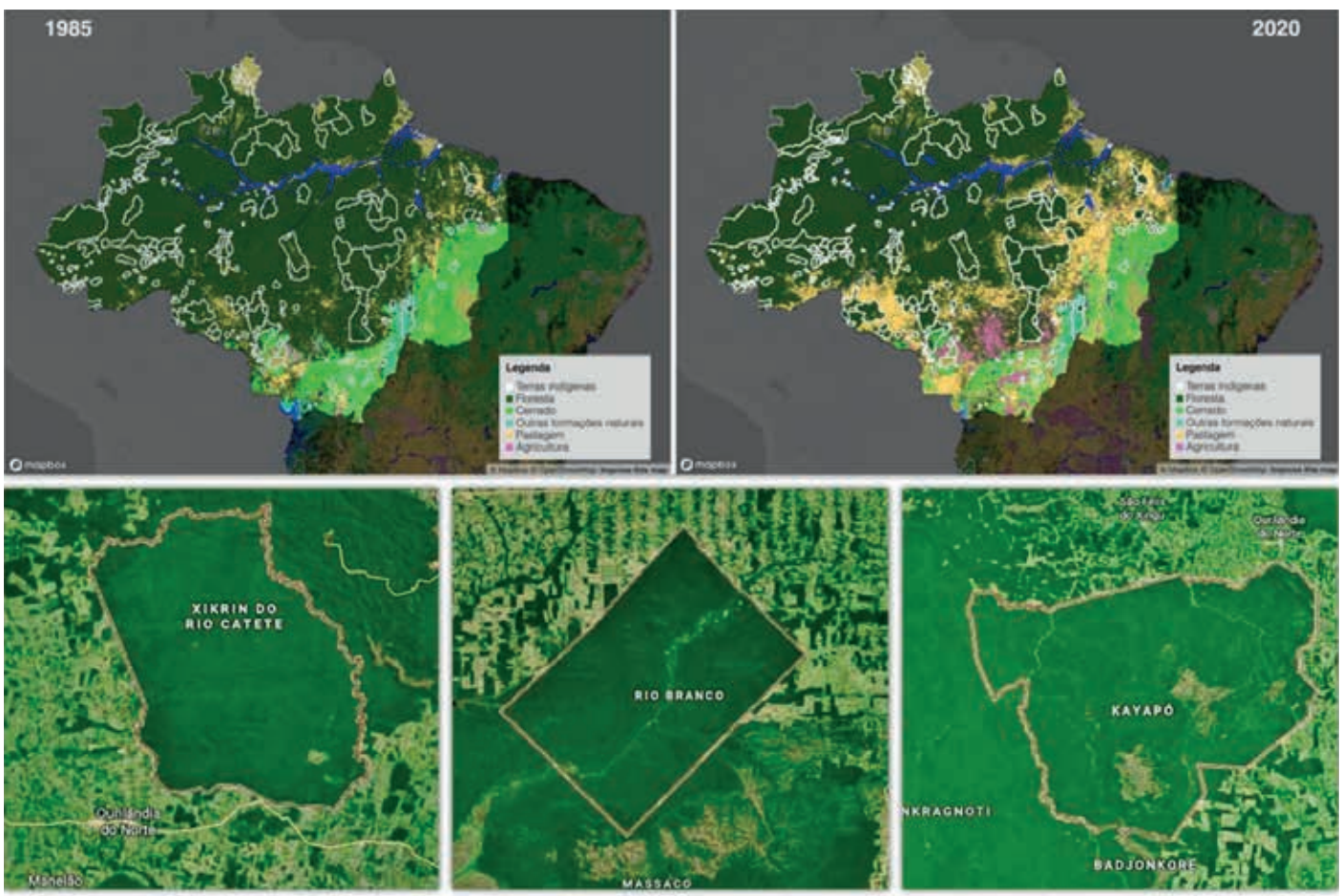


Imagem: MapBiomas e InfoAmazonia

Foto: Caetano Scannavino

como exemplares os empreendimentos com responsabilidade socioambiental é uma das estratégias que precisam ser reforçadas para torná-los hegemônicos, para enquadrar os que ainda praticam ilegalidades, e até para sensibilizar quadros de acionistas que pressionam pela redução de investimentos sociais na busca por maiores ganhos, como acontece em alguns casos empresariais.

Rumar nesse sentido já seria um passo para ordenar a agricultura de grande escala na região, como estratégia de redução de danos, pois já se sabe que boi e soja não são vocações amazônicas, nem deveriam ser referências como vetor de desenvolvimento no bioma.

A ECONOMIA COMPATÍVEL COM A FLORESTA E COM AS VOCAÇÕES REGIONAIS

Em tempos de emergência climática onde riquezas determinantes do planeta começam a mudar de cor – do preto do petróleo para o verde da floresta em pé – seria mais inteligente formular estratégias para alavancar atividades econômicas associadas às culturas e potencialidades locais.

Ao contrário do que se imagina, é ínfima a participação da Amazônia brasileira no mercado global de produtos compatíveis com a floresta, oriundos da extração florestal não madeireira, de sistemas agroflorestais, da hortifruticultura e da pesca/piscicultura. Apesar de representar 30% das florestas tropicais do mundo, ela ocupa apenas 0,17% (ou US$ 300 milhões ao ano) de um mercado de quase US$ 200 bilhões.

Os líderes em exportação são países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos das áreas tropicais úmidas. "No triênio 2017–2019, os maiores exportadores de castanha sem casca foram a Bolívia (52%) e o Peru (13%), enquanto o maior exportador de "grude" foi Uganda (14%). O maior exportador de pimenta seca em grãos e de bagres foi o Vietnã, que respondeu por 42% e 73% desses mercados, respectivamente. No caso dos palmitos, o país campeão de exportações foi o Equador (56%), enquanto para abacaxis frescos, a Costa Rica (50%). Por fim, os líderes do mercado multibilionário do cacau são a Costa do Marfim (40%) e Gana (18%)" – Salo Coslovsky, do Amazonia 2030.

Ainda que sejam produtos *in natura* ou levemente processados (castanha sem casca, polpa de frutas), a pesquisa demonstra que a Amazônia brasileira tem um espaço enorme para ampliar sua participação em mercados multibilionários que seus entes produtivos já exportam, mesmo que pouco, inclusive com o envolvimento de pequenos, de cooperativas comunitárias e colônias de pescadores.

É um caminho mais pragmático, que deveria vir antes de proposições legislativas para liberar o agronegócio ou garimpos em Terras Indígenas. Nossos tomadores de decisão deveriam se esforçar em escutar e aprender mais com as experiências já existentes dos povos tradicionais, que conciliam segurança alimentar, renda, cultura e floresta.

Dos Suruí aos Ashaninka, do Xingu ao Negro, são iniciativas premiadas, passíveis de replicação, que estão hoje abastecendo tanto os mercados locais como os de fora, a partir da produção de orgânicos, beneficiamento de frutas, casas de mel e miniusinas extratoras de óleos. São contribuições concretas para inspirar corações e mentes em torno de estratégias econômicas baseadas nos conhecimentos da natureza.

Por exemplo, agroextrativistas da região de Abaetetuba (PA) ganham muito mais dinheiro beneficiando o fruto da Ucuuba – espécie sob risco de extinção – do que os que derrubam a árvore para transformá-la em cabo de vassoura, batente de porta, viga de telhado ou carvão vegetal. A partir de sua semente, se produz uma manteiga leve que serve como matéria-prima para hidratantes mais eficientes, levando vantagem em relação aos demais por não deixar a pele engordurada.

O Murumuru é outra espécie que se descobriu valer muito mais em pé do que caída. Pesquisas confirmaram que a manteiga extraída dos seus frutos é benéfica para o tratamento da fibra capilar, constituindo-se em um produto com alta demanda de mercado para fabricação de xampus, séruns e cremes.

Sistemas agroflorestais com ucuuba, murumuru, açaí, cacau, andiroba, patauá, tucumã, buriti e cumaru são alguns dos tantos arranjos socioprodutivos potenciais, muitos deles empreendidos por coletivos comunitários. Processados na forma de manteigas, polpas, óleos, essências e extratos, trazem muito mais receitas do que se comercializados *in natura*, podendo se desdobrar tanto em produtos finais (ex.: óleos gourmet, chocolates) como em insumos pré-beneficiados para as indústrias de fármacos, alimentos e cosméticos.

"O rendimento com a industrialização pode aumentar em até sete vezes. Os valores flutuam conforme a colheita, mas o quilo da semente do murumuru estava em torno de R$ 3,80, enquanto o quilo da manteiga de murumuru era vendido por R$ 27,50" – disse Cláudio Brito, diretor da Coofruta (Cooperativa Agroextrativista dos Fruticultores de Abaetetuba), ao Portal do UOL.

A Natura, gigante do ramo de cosméticos, é uma das empresas que vêm aumentando as compras diretas das cooperativas comunitárias, sem intermediários ou atravessadores. Certificada pelo Sistema B (de Benefícios sociais e ambientais), está investindo em polos tecnológicos na própria Amazônia, como o Ecoparque em Benevides (PA), transferindo para lá parte da fabricação nacional de seus produtos, até então centrados no Cajamar, em São Paulo.

São iniciativas promissoras que deveriam orientar novos rumos de desenvolvimento para a Amazônia. O fato é que, tanto para as associações e cooperativas locais como para os grandes empreendimentos, o país com a maior biodiversidade do planeta não tem até agora uma política robusta de bioeconomia, voltada para o processamento de produtos da floresta.

"Os sistemas agroflorestais com açaí podem render anualmente 200, até 1.500 dólares por hectare, enquanto o gado fica em torno de 100 dólares por hectare. O grande potencial do Brasil é o potencial da biodiversidade, aí nós precisamos de uma indústria da biodiversidade, e de uma ciência e tecnologia que desenvolva esse potencial" – reforça o cientista Carlos Nobre.

Só na Amazônia, a ciência vem descobrindo nos últimos anos uma nova espécie a cada dois dias (*Relatório Novas Espécies* – WWF/Mamirauá). Faz todo sentido quando dizem que desmatar uma floresta primária é como deletar um HD sem saber o que tem dentro, inclusive eventuais descobertas de tratamentos para doenças até então sem cura.

Se nos faltam recursos para investir, para desenvolver produtos a partir do conhecimento produzido pelos próprios brasileiros, parcerias são bem-vindas. Nem é o caso de barrar o acesso dos laboratórios internacionais às nossas riquezas, precisa-se é de regras claras de cooperação, que compensem adequadamente o país (e, quando for o caso, os povos indígenas, respeitando direitos e protocolos), que transfiram tecnologia aos nossos pesquisadores, que estabeleçam mecanismos justos e rentáveis de modo a proteger e manejar adequadamente todos esses ativos e saberes a serviço da humanidade.

As universidades da região têm formado gente para ir embora. Em uma Amazônia mais de 70% urbana, não seria proibitivo vislumbrar polos estratégicos com plantas industriais de baixo carbono, que gerem empregos e qualifiquem a mão-de-obra local, com foco em inovação, pesquisa, tecnologia, biotecnologia, e processamento de insumos da sociobiodiversidade – produtos *Made in Brazil*, com alta agregação de valor. Se é para fazer valer as benesses fiscais da Zona Franca de Manaus, porque não a tornar por exemplo um *Vale do Silício da Floresta em Pé*, um centro mundial da bioeconomia e da biodiversidade?

Só não podemos, em nome de um novo modelo, querer trocar boi por monoculturas de açaí ou cacau, tampouco replicar a lógica obsessiva por escala e toneladas, passando por cima do que o bom manejo pode comportar. Em se tratando de sociobiodiversidade amazônica, a ambição não deve ser movida meramente por quantidades, mas sim por qualidade e valor econômico dos produtos.

Foto: Caetano Scannavino

BRASIL, PAÍS DO FUTURO

Muitos cresceram ouvindo o Brasil como "país do futuro". Faz todo sentido quando esta é a nação da Amazônia. Resta saber aproveitá-la para fazer a hora sem esperar acontecer.

Para isso, é necessária uma sociedade antenada com o futuro. Os povos indígenas sempre estiveram. Ao defenderem a vida como a maior riqueza, economistas de vanguarda se uniram a eles quando passaram a mensurar a qualidade de uma massa de terra do nosso Planeta.

Por essa métrica, pode-se dizer que o Brasil está entre os países mais ricos do mundo, como mostrado no mapa de GPP (*Gross Primary Productivity*). Ele mede a síntese de matéria orgânica gerada a partir de água, luz e ar, em outras palavras, *a capacidade de gerar vida*.

Uma fábrica de vida que, só com a proteção das terras indígenas brasileiras como medida de combate às mudanças climáticas, pode render em 20 anos de US$ 523 bilhões a US$ 1,165 trilhão com os benefícios globais do carbono e a conservação do ecossistema, como água limpa, solo, polinização, biodiversidade e controle de inundações (estudo do WRI – *Climate Benefits, Tenure Costs*).

Triste é deixarmos que nossos povos tradicionais, indígenas, ribeirinhos, ao mesmo tempo que prestam um serviço voluntário como guardiões dos ativos naturais que nos mantêm vivos, recebam em troca bala, mercúrio e doença de branco ao invés de políticas de bem-viver.

Para guinarmos rumo ao futuro, a cobrança tem que vir de dentro também. A sociedade brasileira precisa assumir a Amazônia, chamar para si essa agenda. Nosso eixo RJ-SP, principal centro econômico e formador de opinião do país, precisa se esforçar mais para compreender suas realidades, culturas, desafios e potencialidades.

Só assim o Brasil deixará de enxergar a Amazônia como um ônus de conflitos e desmates e perceberá o bônus que tem nas mãos, uma floresta que guarda as sementes da regeneração, que pode nos levar a pautar ao invés de ser pautado, a liderar novos paradigmas, a um futuro de bem-viver, a partir da nossa Amazônia para todos.

Caetano Scannavino – Empreendedor Social, coordenador da ONG Projeto Saúde & Alegria com atuação há mais de 30 anos na Amazônia. [Esse texto é um dos capítulos do livro Desenvolvimento Sustentável: Urgência e Complexidade, Cadernos Adenauer XXII, Nº 3. RJ: KAS, outubro 2021.

Foto: divulgação

MUÇURANA:
Uma cobra totalmente inofensiva

Zezé Weiss

Outro dia um filhote de muçurana apareceu na garagem aqui de casa. Era uma lindeza de bebê, todo laranja, de cabeça e rabo preto, com menos de meio metro de extensão. Assim como chegou, pegou o rumo do mato, em uma paz de dar gosto.

A única vez que eu tinha visto uma muçurana antes foi em Antígua, na Guatemala, há mais de 30 anos. Lá, a bichinha é endêmica e muito respeitada, sobretudo pelos povos originários, porque é ofiófaga, ou seja, come outras cobras, em especial as venenosas, como as cascavéis e as jararacas, tão comuns aqui no Cerrado.

Pesquisando na internet, descubro que a muçurana, serpente do gênero *Clelia*, também pode ser encontrada em algumas regiões do Brasil, dentre elas no Cerrado, como esse filhote que apareceu aqui por casa. Enquanto jovem, mantém o corpo laranja ou cor de rosa, com a cabeça preta, como uma falsa-coral. Depois de adulta, alcança uma coloração azul-chumbo e chega a medir 2,4 metros.

A muçurana é imune ao veneno de todas as cobras, exceto da cobra coral verdadeira, a única capaz de matá-la, em geral depois de uma disputa que dura mais de hora. Totalmente inofensiva para nós da raça humana, é bom tê-la por perto, o que fica cada vez mais raro, por conta da destruição de seu de preferência áreas de vegetação densa, ao nível do solo.

Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. Com informações de: https://www.mundoecologia.com.br/

Foto: @frisselliifotografia

MARCHA DAS MULHERES DO DF E ENTORNO: PELA VIDA DAS MULHERES, PELO FIM DO MACHISMO E DO RACISMO

Kleytton Morais

Foi bonito de se ver. No 8 de março, Dia Internacional da Mulher, nossas companheiras do DF e Entorno protagonizaram uma grande manifestação presencial na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em defesa dos direitos das mulheres.

Movidas pelo tema "Pela vida das mulheres, pelo fim do machismo e do racismo, lutamos por comida, emprego, saúde. Bolsonaro e Ibaneis nunca mais!", nossas companheiras expressaram indignação pela situação de violência enfrentada pelas mulheres brasileiras.

Plural, o movimento uniu feministas, indígenas, negras, brancas, trabalhadoras, desempregadas, periféricas, jovens e idosas, lésbicas, bissexuais e trans, mulheres com deficiências, todas as mulheres que lutam por uma sociedade justa, com educação, emprego e paz.

Zezé Furtado, nossa Secretária de Mulheres no Sindicato dos Bancários assim definiu a manifestação do dia 8:

"Nós nos mobilizamos e marchamos contra todas as violências sofridas pelas mulheres e lutamos por uma participação cada vez maior delas na política, para juntas defendermos as pautas que mais afetam a vidas das pessoas, neste ano tão importante para a democracia."

No sábado, 5, as mulheres estiveram na Feira Ponta Norte (216 Norte) para uma roda de conversa sobre o papel das mulheres nos espaços de poder, como parlamento, associações, movimentos sociais, partidos e sindicatos.

Andreza Xavier, secretária de Mulheres do PT-DF, e Mirane Costa, presidenta do Sindicato da Embrapa (Sinpaf/Sede), se somaram à celebração, que também contou com a presença de deputadas do PT e mulheres do Coletivo Teia Solidária, da Campanha de Combate à Pobreza Menstrual e do Coletivo Flores pela Democracia.

Longa vida de lutas e de conquistas às mulheres militantes do DF e Entorno!

Kleytton Morais - Líder Sindical. Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília. Conselheiro da Revista Xapuri.

"PELA VIDA DAS MULHERES, PELO FIM DO MACHISMO E DO RACISMO, LUTAMOS POR COMIDA, EMPREGO, SAÚDE E EDUCAÇÃO. BOLSONARO E IBANEIS NUNCA MAIS!"

Foto: divulgação/ Iana Caramori/G1

Foto: divulgação

JUSTIÇA POR MARIELLE E ANDERSON QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

Ieda Leal

Resistir, lutar. Eles não nos calarão. Marielle vive em nós. QUEM MATOU MARIELLE? Exigimos JUSTIÇA. As balas com donos e os donos das balas têm dono. Justiça já! QUEM MANDOU MATAR MARIELLE? Exigimos respostas.

Mataram para silenciar a voz de uma mulher negra que lutava contra injustiças, pelo direito à dignidade, contra o racismo, o sexismo e em defesa da vida, de vidas negras – de homens, mulheres e jovens – que sobrevivem na periferia, em território dominado por milícias que mantêm uma população sob a mira de armas.

A juventude negra é a principal vítima. Os números são assustadores, mas nada acontece contra os criminosos. Marielle era a voz dessa comunidade contra a barbárie racista que move as entranhas das estruturas deste país.

A impunidade não pode prevalecer. As investigações não podem parar. Neste 14 de março de 2022, nós do MNU voltamos às ruas e às redes sociais, como milhares de brasileiros e brasileiras, para exigir que os mandantes sejam presos e condenados.

QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?
Por Marielle, justiça!
MNU 44 anos de luta contra o racismo e pela vida.

Iêda Leal – Tesoureira do SINTEGO / Secretária de Combate ao Racismo da CNTE / Coordenadora Nacional do MNU / Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzalez / Secretária de Comunicação da CUT-Goiás.

Acesse:
https://www.instagram.com/p/CbGN7YKPJ-N/?utm_source=ig_web_copy_link

https://www.facebook.com/mnubrasilmnu/posts/519484489756759

O BURITI E A CARNAÚBA: ENTRE A ACADEMIA E A CIÊNCIA

Altair Sales Barbosa

Foto: divulgação

Na constante busca para entender a distribuição geográfica das palmeiras Buriti e Carnaúba, é importante considerar duas realidades cujas interpretações e interação podem muito bem alargar a visão do pesquisador. Essas duas interpretações podem ser denominadas de "êmica e ética".Em suma, sem o Estado ou com um Estado mínimo, a sociedade funcionaria melhor, a economia seria mais dinâmica, os preços seriam menores, haveria mais democracia. Essa promessa neoliberal, na verdade, se traduz na centralidade do mercado, na retirada dos direitos da grande maioria da população, na mercantilização da sociedade, na imposição do reino do dinheiro, em que tudo tem preço, tudo é mercadoria, tudo se vende, tudo se compra.

A interpretação êmica reflete categorias cognitivas compartilhadas pelos povos ditos tradicionais, moradores antigos de certos territórios e, portanto, conhecedores profundos dos elementos que compõem os ecossistemas. A interpretação ética é a interpretação que segue regras metodológicas com propósitos analíticos. Isto não descarta da interpretação êmica a utilização de regras rígidas.

A pesquisa científica até agora desenvolvida no Brasil leva muito pouco em consideração os elementos elucidados pela Etnociência, quer seja por falta de conhecimento desse ramo do saber, quer seja pelo próprio modelo ocidental de saber, que não valoriza o tipo de conhecimento produzido fora das chamadas academias.

A interpretação de realidades diferentes não é uma tarefa fácil, requer como pré-requisito que situações diferenciadas possam ser compartilhadas.

As ditas academias caminham muito pouco nessa direção, por isso dão pouca importância ao que muitos denominam, às vezes até sem conhecimento de causa e conceitos claros, saberes tradicionais.

Entretanto, os trabalhos pioneiros derivados da etnologia, como a etnobotânica, a etnobiologia, a etnozoologia, a etnomusicologia etc., têm de certa forma contribuído para romper essa barreira e procurar caminhar no sentido de uma integração de saberes. Esse fato poderia causar uma revolução pedagógica, pois certamente iria utilizar como

premissa primordial a interdisciplinaridade, o diálogo, no pleno sentido paulofreiriano, e a atenção para outras realidades e cosmovisões. Espera-se com muita esperança essas iniciativas, fundamentadas nos reais princípios da Etnociência.

Posey (1992) um dos pioneiros nos trabalhos de etnozoologia constata que:

> *Com a utilização de conceitos indígenas, atalhos ou mesmo revolução na investigação científica podem ocorrer através do apropriado método científico de geração de teste de hipóteses. Nenhum etnobiólogo defendeu ou defende que o conhecimento tradicional seja aceito prontamente, mas sim que tais afirmações sejam usadas para ajudar pesquisadores na procura de categorias ou relações desconhecidas do conhecimento etc., para propor hipóteses voltadas a testar os conceitos indígenas.*
>
> *Através desse modo de investigação, novas espécies e subespécies de abelhas foram "descobertas" a partir de especialistas nativos; compostos ativos de interesse foram incluídos em laboratórios como resultado de pesquisas etnofarmacológicas desenvolvidas em conjunto com pajés; dietas animais foram analisadas com o auxílio de hábeis caçadores, estudos etológicos pioneiros de espécies pouco conhecidas foram desenvolvidos com a ajuda de especialistas indígenas; e complexas relações solo-planta-animal foram descritas a partir de agricultores experientes.*
>
> *As decisões que os cientistas tomam na proposição de hipóteses baseadas no conhecimento indígena revelam a natureza arbitrária desta etapa básica da busca científica, uma vez que os pesquisadores frequentemente precisam excluir de suas considerações os elementos "improváveis" e "inacreditáveis" presentes nos relatos de informantes. Entretanto, o que é "improvável" e "inacreditável" em geral reflete mais a inabilidade dos pesquisadores em reconhecer a "realidade" indígena do que qualquer critério científico real. A proposição e o teste de hipóteses provê a ponte metodológica e teórica necessária para interligar a pesquisa científica com o conhecimento tradicional.*

Certamente a integração com os ditos conhecimentos tradicionais poderá conduzir a alguma ponte que ilumine a busca para a solução dos problemas científicos, ambientais, sociais e humanísticos, que ainda não temos a capacidade de resolver.

A palmeira, cujo nome popular é conhecido como buriti, que ocorre nas nascentes, lagoas e brejos, formando no Cerrado o ambiente de veredas, é classificada atualmente pela botânica como pertencente ao gênero *Mauritia* e à espécie flexuosa, antiga *Mauritia* vinífera de Mart.

Até bem pouco tempo, a Família botânica que a englobava era conhecida como *Palmae;* atualmente, todas as palmáceas pertencem à Família *Aracaceae.*

No que se refere à Biogeografia, o buriti é uma palmeira típica do Cerrado, ambiente onde também teve sua origem. Essa informação contradiz a informação puramente botânica, que atribui a esta palmeira uma distribuição geográfica muito mais ampla.

A palmeira carnaúba é classificada como pertencente ao gênero *Copernicia,* espécie *Prunifera – Copernicia prunifera* (Miller). Também pertencente à família *Aracaceae.*

Da mesma forma que o buriti, os dados para a carnaúba são contraditórios, quando se referem à distribuição geográfica e diferenciação entre os indivíduos, ou populações. Estudos de etnobotânica relatam a existência de dois tipos de carnaúba. Esses estudos foram desenvolvidos principalmente no município de Ipanguaçu, Rio Grande do Norte, por professores da Universidade Federal desse Estado.

Os estudos, publicados por RODRIGO, SILVA, ROCHA, SANTANA e VIEIRA, relatam que os nativos distinguem dois tipos de carnaúba, as quais chamam de Carnaúba Branca e Carnaúba Comum. A distinção entre elas reside no fato de a carnaúba branca apresentar estipe claro, frutos menores e ausência de espinhos no pecíolo. Quiroga et al (2013) levantam a hipótese de que essas variações possam constituir subespécies diferentes.

Com relação ao buriti, a botânica não faz distinção entre os tipos ou possíveis espécies ou subespécies que aparecem nas terras altas e nas terras baixas, distinção esta perceptível por populações nativas.

Os ribeirinhos denominam a espécie que ocorre nos baixios amazônicos, de Miriti, enquanto para eles o buriti ocorre nas áreas mais elevadas, em termos de relevo. A diferença primordial está nas plantas masculinas das terras altas, cuja seiva produz um vinho muito apreciado por essas populações. Entretanto, a botânica não observa essas diferenças, se é que existem, juntando os dois tipos numa única espécie, denominada *Mauritia* flexuosa. Também não faz referência ao abandono da classificação de Mart. *Mauritia* vinífera, que leva em consideração a planta masculina que produz o vinho e a planta feminina que produz os frutos.

Até agora, os variados trabalhos tidos como etnobotânicos referentes ao Buriti e à Carnaúba restringem-se a meras descrições da utilização das partes dessas plantas, são relacionados com economia e alguns com preservação ambiental e não entram em detalhes sobre ecologia, desenvolvimento, idade das plantas etc.

Tive a oportunidade de ler vários trabalhos para escrever este pequeno ensaio, em apenas um encontrei uma citação superficial sobre o assunto. Talvez porque o próprio conceito de etnobotânica utilizado pela botânica parta de um princípio equivocado.

ETNOBOTÂNICA É A PARTE DA BIOLOGIA QUE ESTUDA O CONHECIMENTO DAS PESSOAS SOBRE AS PLANTAS
(Martins – 2015)

Torna-se necessário salientar que todas as etnociências são derivadas da Etnologia, ramo da Antropologia Geral que estuda o costume e o conhecimento dos povos. O princípio básico é a integração entre o êmico e o ético. Se o trabalho somente descreve os produtos de cada planta, elaborado por pessoas, esse trabalho está utilizando somente a visão ética, sem considerar a cosmovisão que caracteriza populações e não somente pessoas.

Nesse sentido, de acordo com nossas observações, o Buriti (*Mauritia* vinífera, Mart.), aqui utilizando a classificação de von Martius, é uma planta nativa do Cerrado, que ocorre em áreas com altitudes superiores a 480 metros, caracterizando as nascentes, olhos d'água, lagoas e áreas úmidas superficiais, formando no Sistema Biogeográfico do Cerrado o ambiente das Veredas. Seu limite norte vai até o paralelo 7 graus de latitude sul.

A partir daí, ainda em área com vegetação de cerrado, ocupando o mesmo tipo de ambiente do buriti, começa a aparecer a Carnaúba *(Copernicia prunifera* – Miller), ou seja, a Carnaúba Comum, com espinhos nos pecíolos. No início de forma acanhada, depois vai ocupando todos os ambientes úmidos de cerrado. Quando termina o Cerrado, a carnaúba segue avançando sobre outros ambientes.

Porém, associar sua distribuição ao ambiente de caatinga é algo que precisa ser mais bem observado, principalmente em termos de microambientes, pois onde as carnaubeiras ocorrem, mesmo dentro de um ambiente geral de caatinga, são microambientes caracterizados pelos brejos. A carnaúba é uma planta de ambiente úmido. Os brejos são conhecidos como áreas de exceção dentro da Caatinga. Esse fato já era, desde muito tempo, descrito pela geografia, como áreas produtoras de leite bovino e seus derivados.

Na realidade, sempre foram as áreas economicamente mais ricas dentro da Caatinga, justamente por ser ambiente mais úmido que o geral. Portanto, a carnaúba ocorre tanto nos ambientes úmidos de cerrado, sempre a partir dos 7 graus de latitude sul, como nos ambientes úmidos dentro de um quadro geral de caatinga. Já o buriti tem sua grande distribuição e origem no planalto central do Brasil, mas se espalha pelas terras altas e pelos baixos chapadões da Amazônia.

O importante a salientar é que, por um breve espaço territorial, as duas plantas se encontram, principalmente, como já foi mencionado, à altura do paralelo de 7 graus de latitude sul, no vale do rio Gurguéia, no Piauí, nas proximidades da cidade Cristino Castro. A partir dessa localidade, o buriti toma direção noroeste, e a carnaúba, direção nordeste.

Foto: divulgação

Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio-Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis. Conselheiro-fundador da Revista Xapuri.

A ORIGEM DAS ÁGUAS: UMA VERSÃO DO POVO PANARÁ

Zezé Weiss

Foto: divulgação

O povo Panará vive na Amazônia, no sudeste do Pará. Para os Panará, antigamente não existia água no mundo, exceto para Sagakagagu, um único homem, que tinha seis cabaças de água.

Um dia, o deus Taũgi foi procurar Sagakagagu, para pedir pelo menos uma cabaça de água. Sagakagagu respondeu que tinha água salgada e água doce, mas que nenhuma delas era boa. O deus Taũgi viu que Sagakagagu não pretendia compartilhar nada, que dali não sairia água.

Foi então que o deus Taũgi tomou uma decisão radical: quebrou todas as cabaças de água que estavam penduradas na casa de Sagakagagu. Quando as cabaças quebraram, esparramou água por todo lado.

Está escrito no *Livro das Águas – Índios no Xingu* (2002): foi desse jeito que surgiram o mar, os igarapés, os rios, os lagos e as lagoas. Foi assim que água se espalhou pelo Brasil e pelo mundo inteiro.

Zezé Weiss – Jornalista Socioambiental. Releitura da Lenda da Origem das Águas, segundo o povo Panará, conforme fonte citada no texto.

Foto: divulgação

13 MULHERES FUNDAMENTAIS PARA AS CONQUISTAS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Zezé Weiss

Neste março de 2022, em clima de comemoração pelos 90 anos da conquista do direito ao voto feminino, nós da Xapuri celebramos 13 mulheres que fizeram e fazem história nas lutas e conquistas por mais participação feminina na política brasileira.

1 **DILMA ROUSSEF (1947) –** Primeira e única mulher a ocupar a Presidência do Brasil. Natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, Dilma exerceu o cargo entre 01/01/2011 e 31/08/2016, quando foi deposta por processo de impeachment, decorrente de um golpe parlamentar-jurídico-midiático. Dilma Roussef foi a mandatária que mais teve mulheres como ministras de Estado em toda a história republicana do Brasil.

2 **ALZIRA SORIANO (1897–1963) –** Luiza Alzira Teixeira Soriano foi, no ano de 1923, eleita em Lages (RN), sua terra natal, a primeira prefeita brasileira e primeira governante de um município da América Latina. O Rio Grande do Norte foi pioneiro em garantir às mulheres o direito de votarem e serem votadas.

3 **ANTONIETA DE BARROS (1901–1952) –** Natural de Florianópolis (SC), foi a primeira mulher Deputada Estadual no Parlamento Catarinense e a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil. Professora e jornalista, defendia o poder revolucionário e libertador da Educação: sem distinção de "raças, nem castas, nem classes".

4 **BERTHA LUTZ (1894–1976) –** Sufragista, em 1919 criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Em 1922, a paulista Bertha representou as brasileiras na Assembleia-Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Somente dez anos depois do ingresso das brasileiras na Liga das Mulheres Eleitoras, em 1932, por decreto-lei do presidente Getúlio Vargas, foi estabelecido o direito de voto feminino no Brasil

5 **CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS (1892–1982) –** Primeira mulher a ser eleita deputada federal. Em 3 de maio de 1933, primeiro pleito em que as mulheres puderam participar oficialmente do processo eleitoral como eleitoras e como candidatas em todo o Brasil, a médica Carlota foi eleita para a Assembleia Nacional Constituinte pelo estado de São Paulo.

6 **EUNICE MICHILES (1929) –** Nascida em São Paulo, Eunice Mafalda Berger elegeu-se em 1978 e tomou posse em 1979, representando o estado do Amazonas, como a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado Federal por um processo eletivo, depois da Princesa Isabel, que foi senadora por direito dinástico.

7 **FÁTIMA BEZERRA (1955) –** Primeira governadora LGBT+ do país. Elegeu-se deputada estadual em 1994/1998, deputada federal em 2002/2006 e senadora em 2014. Em 2018, a mulher que ousou declarar "na minha vida pública ou privada nunca existiram armários" e que jamais se omitiu na luta "contra o machismo, o racismo, a LGBTFobia e qualquer outro tipo de opresão e de violência", foi eleita governadora de seu estado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

8 **FRANCISCA SENHORINHA (1910) –** Fundou em 1873 *o semanário O Sexo Feminino*, primeira publicação dedicada à defesa da emancipação das mulheres no Brasil.

9 **IOLANDA FLEMING (1936) –** Primeira mulher governadora de um estado brasileiro, Iolanda Ferreira Lima governou o Acre entre 1986 e 1987. Eleita vice-governadora pelo PTB em 1982, Iolanda assumiu o governo após a saída do titular para disputar uma vaga para o Senado Federal, em 1986.

10 **JOENIA WAPICHANA (1973) –** Primeira deputada federal indígena brasileira. Eleita em 2018, pela Rede Sustentabilidade, a advogada Joênia é da comunidade indígena Truaru da Cabeceira, região do Murupu, município de Boa Vista, pertence o povo indígena Wapichana, o segundo maior povo do estado de Roraima.

11 **LEOLINDA DALTRO (1859–1935) –** Leolinda Figueiredo Daltro, baiana de Nagé, foi professora e indigenista. Defendeu uma educação laica para os povos indígenas. Em 1910, fundou o Partido Feminino Republicano. Em 1917, "a mulher do diabo", como a chamavam, liderou uma passeata exigindo o direito de voto para as mulhreres brasileiras.

12 **NENÉM PAIVA –** Maria Felizarda de Paiva Monteiro da Silva foi a primeira mulher eleita para uma Câmara Municipal no Brasil. Eleita em 1935, pelo Partido Social Democrárico (PSD), Neném chegou a ocupar a presidência da Câmara de Muqui, no Espírito Santo.

13 **NÍSIA FLORESTA (1810–1885) –** Precursora do feminismo e primeira educadora feminista no Brasil, Nísia Floresta Brasileira Agusta, pseudônio da potiguar Dionísia Gonçalves Pinto, natural de Papari, hoje município de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, escreveu vários livros defendendo os direitos das mulheres, dos indígenas e das pessoas escravizadas.

Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental.

Fontes: https://www12.senado.leg.br/ https://www.joeniawapichana.com.br/ https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/ https://medium.com/ https://ohoje.com/ https://educacaointegral.org.br/ https://aventurasnahistoria.uol.com.br/

Foto: divulgação

Foto: divulgação

FRIGIDEIRA DE MATURI

Receita de Dona Canô

INGREDIENTES

Cebola
Tomate
Pimentão
Coentro
1 litro de maturi
1 xícara de leite de coco
2 colheres de sopa de camarão seco moído
Azeite doce
Extrato de tomate
8 ovos
1 colher de farinha de trigo

PREPARO

Colocar no processador cebola, tomate, pimentão e coentro. Bater bem. Colocar o maturi e bater ligeiramente. Numa panela, colocar o leite de coco, o camarão, o maturi, já misturados com os outros temperos, o azeite doce e o extrato de tomate. Deixar cozinhar até ficar sem caldo. Bater dois ovos e misturar ao maturi para dar liga na mistura. Num prato refratário untado com óleo e polvilhado com farinha de trigo, jogar o maturi cozido. Cobrir com ovos bem batidos e misturados com uma colher de sopa de farinha de trigo e um pouco de sal. Para uma frigideira de um litro de maturi, são necessários seis ovos para a cobertura. Levar ao forno quente. Quando a frigideira está pronta, os ovos da cobertura ficam assados como um bolo, e o cheiro se espalha pela cozinha.

MATURI

Maturi é a castanha-de-caju tirada verde. Porque a castanha tem um óleo que queima, só quem sabe abrir castanha pode fazer esse trabalho sem sofrer queimaduras. Hoje já se encontram saquinhos de maturis catados. Vendem-se aos litros, já aferventados. Só é preciso lavar bem, tirando algum pedaço de casca que ficou presa ao maturi. É muito saboroso. Serve para ser misturado a vários pratos, como se misturam as ervilhas. Do maturi, o melhor é a frigideira.

Dona Canô – Receita registrada no livro *O Sal é um Dom – Receitas de Dona Canô*, de Mabel Velloso. Editora Casa da Palabra, 2ª edição, 2008.

Reproduções: José Tibamar Bessa Freire/ Taquiprati

DONA ELISA E O DIÁLOGO DE SURDOS NA UCRÂNIA

José R. Bessa Freire

O bombardeio promovido por Vladimir Putin deixou ilhados na Ucrânia alguns turistas brasileiros e cerca de 500 residentes, entre eles vários jogadores de futebol. Se o ataque russo acontecesse em julho de 1981, quem estaria em perigo? Quem? Quem? – Raimundinho Nonato – eu ia responder, mas a tragédia não se presta a brincadeiras. Uma das vítimas seria dona Elisa, turista amazonense, moradora do bairro de Aparecida, que em companhia deste seu filho, da nora e da neta saíram de Paris em excursão turística por cidades da Rússia, Ucrânia e Polônia, com um grupo de 30 franceses.

O grupo viveu em Kiev experiência memorável. Lá, um milagre contribuiu para resolver problemas de comunicação dos turistas, conforme registrado oralmente por ela e datilografado em 95 páginas por esse escriba, no *"Diário de viagens da Lizoca"*, ilustrado com fotos tiradas com antiga Polaroid. Quem pode se interessar na romaria de uma dona de casa de Manaus por igrejas ortodoxas, museus e hotéis? Só mesmo as nove filhas da autora, a quem o texto é direcionado. Por isso, o subtítulo *"Meninas, eu vi"*, consultado agora para abordar o tema.

Foi assim. O voo noturno de Leningrado que nos levaria a Kiev atrasou. Quando o avião da Aeroflot pousou no aeroporto internacional de Borispol, já era mais de meia-noite, fora do horário de trabalho da intérprete de francês que devia receber o grupo.

Havia apenas o motorista de ônibus, monolíngue, que nos esperava com uma placa em alfabeto latino – ufa! – e não em cirílico. Ele nos conduziu ao hotel Dnieper, um edifício novo no centro da cidade, cujo recepcionista só falava ucraniano e arranhava o russo mal e porcamente.

DIÁLOGO MILAGROSO

Acontece que ninguém do grupo entendia essas duas línguas eslavas. Tentamos inutilmente nos comunicar em francês, inglês, alemão, espanhol e português. Necas de pitibiribas. Nem a gesticulação, que a gente pensa ser universal, dava conta. E agora, José, sem intérpretes, como organizar na madrugada a distribuição dos quartos e especialmente o jantar? A Aeroflot não serviu sequer um lanchinho, estávamos mortos de fome.

Eis que de repente fomos salvos por um casal simpático de surdos-mudos, participantes da excursão, que se comunicava entre si através da Língua Francesa de Sinais (LFS) desconhecida por todos nós. Seus nomes não estão registrados no *Diário*. Do marido não lembro o nome, mas o dela era Amélie ou Aurélie, algo assim.

Contadores de piadas, ambos tinham conseguido se comunicar nos passeios pelas cidades russas até com a dona Elisa. Agora, na recepção do hotel em Kiev, assumiram a liderança, mediante desenhos e gesticulação adequada, auxiliados por uma linguista do grupo. Fizeram um mapa que serviu para a distribuição dos quartos.

E a janta? Aurélie ou Amélie foi até a cozinha, abriu panelas, geladeira, freezer e voltou de lá com sopa de beterraba e folhas de repolho, uma bomba geradora de flatulências, mas deu pro gasto. De sobremesa, um bolo de mel com chocolate.

Parece que o funcionário da recepção transitava pela Língua de Sinais Ucraniana (USL), que pertence à mesma família da LFS, mas perdeu muitos usuários nos anos 1940–1950, quando durante a ocupação russa Stalin a baniu do sistema educativo, por ser *"não uma linguagem, mas um substituto"*. Em seu artigo *Sobre o Marxismo na Linguística*, Stalin tratou os surdos como "seres humanos anômalos". Matou o marxismo e a linguística, sem saber onde enfiar a língua: na infraestrutura econômica ou na superestrutura jurídica e ideológica.

O "anômalo" casal de franceses, que sofreu ao longo da vida e enfrentou graves dificuldades de relacionamento, agora era o mais capacitado para resolver um problema coletivo de comunicação básica, servindo de intérprete com o uso de formas de categorizar o mundo tão diferentes das nossas. Nós, os demais turistas, estávamos condicionados e presos a convenções, o que nos "emudeceu".

– Foi um milagre igual ao de Jesus quando fez ouvir os surdos e falar os mudos, exclamando *Éfata*. – disse dona Elisa – citando de memória o Evangelho de São Marcos, enquanto me olhava tomando a sopa que ela rejeitou.

O CRIMINOSO: TÁ RUSSO

Milagre ou não, dona Elisa aproveitou o dia seguinte para rezar na Catedral de Santa Sofia na ida do grupo de turistas ao Museu de História e Arquitetura no centro de Kiev. Nas catacumbas do

foto: José Tibamar Bessa Freire/ Taquiprati

Monastério de Petcherskaia, percorremos quase meio quilômetro de labirintos a 15 metros debaixo da terra. Caixões, múmias, caveiras e ossos de monges se espalhavam por pequenos corredores. O marido de Amélie ou Aurélie nos divertiu, rindo para uma caveira risonha, mas pegou o maior esporro da guia.

A excursão visitou ainda a cidade Tcherkassy às margens do rio Dnieper, com direito à visita a um *kolkoze* – uma cooperativa de camponeses, que nos receberam com farta mesa de frutas: maçã, pera, chocolates, além de vinhos e cigarro. A neta da dona Elisa se divertiu na roda gigante do parque infantil do kolkoze.

Parte desse patrimônio começou a ser destruído por bombas e pela invasão de mais de 100 mil soldados russos enviados pelo miliciano internacional Vladmir Putin, veterano espião da KGB – uma espécie de DOI-CODI russo. Dessa forma, a Rússia viola o território de uma nação soberana como já havia feito na Hungria (1956), Tchecoslováquia (1968), Afeganistão (1979-89), duas vezes na Tchetchênia (1994-1999), na Geórgia (2008) e na Síria (2015). Lenin deve estar se mexendo no seu túmulo.

Em seu artigo "Podres Poderes" (FSP – 26/02), Txai Surui, que já havia falado por nós na ONU, condenou a carnificina, os tanques e as bombas que atingiram hospitais, fábricas, pontes, edifícios residenciais e estão matando civis, "destruindo vidas e sonhos de mulheres, homens, jovens e crianças". É um retrocesso na liberdade e soberania de um país. "O mundo presencia a perda da humanidade" – escreveu Txai.

O triste é que os EUA não têm moral para condenar violação de território. O mundo presenciou nos últimos cem anos dezenas de invasões do imperialismo americano: Panamá, "Guerra das Bananas" com Honduras, Nicarágua, Haiti e tantos outros só na primeira metade do século XX. Na segunda metade, Irã, Guatemala, Laos, Líbano, Iraque, Indonésia, Coreia, Vietnã, Afeganistão, a malograda invasão de Cuba (1961), golpes de Estados patrocinados pela CIA no Brasil (1964), Bolívia (1971) e a vergonhosa invasão à República Dominicana com ajuda de tropas do Exército brasileiro comandadas pelo general Meira Matos (1965).

PARÁBOLA DOS SURDOS-MUDOS

Da mesma forma que as gigantescas manifestações do povo americano derrotaram os EUA na guerra do Vietnã, a esperança agora, na guerra contra a Ucrânia, reside no povo russo, que começa a acertar as contas com Putin. Um manifesto *on line* com 500 mil assinaturas chama a guerra de "insanidade". A diretora do Teatro de Moscou, Elena Kovalskaia pediu demissão: "É impossível trabalhar para um assassino" – disse. Protestos foram registrados em mais de 40 cidades, 1.800 manifestantes foram presos, segundo a ONG OVD, que monitora a violência policial. Não existe NENHUM ARGUMENTO que justifique crime tão hediondo.

O gado bolsominion não vê contradição entre a aliança de um "comunista" com um notório anticomunista, porque sabe que Putin é tão comunista quanto seu aliado Bolsonaro é democrata. Por isso eles se dão tão bem. Ambos são mentirosos contumazes e tratam os opositores como inimigos que devem ser calados ou exterminados.

A defesa incondicional da paz exige o diálogo que, para Borges, é uma invenção humana mais admirável do que a bomba atômica. A capacidade de negociar, uma arte difícil de exercitar, é o caminho contra a intolerância e pode resolver problemas desde que haja boa vontade. A história vivida pelo casal de surdos-mudos, que sabe muito bem disso, serve de parábola.

Da viagem a Kiev sobraram algumas fotos de péssima qualidade e uma *pessanka* – aquele ovo colorido manualmente, portador – dizem – de paz, alegria e saúde. Então, pessankas coloridas para todos nós! Pessankas para o planeta!

José Ribamar Bessa Freire – Cronista da Amazônia, em www.taquiprati.com.br. Conselheiro da Revista Xapuri.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Luiz Felipe Vitelli – DF Fáctuo

Perguntaram por Brasíllia?
Mas o DF como está?
Ele não é só a Asa Norte, Asa Sul, Gama ou Guará!
Santa Maria me protege, me ilumina a escuridão.
Mesmo estando em Brazlândia ou em São Sebastião!

Duvida?

Vá lá ver como é que está?

Plano Piloto pousa manso
No lago Paranoá.

Os palácios, o planalto.
O poder como é que está?

Vila Planalto é mais antiga
Que o dilúvio e a criação.
Sufocaram Sobradinho
Com condomínio e invasão.

Duvida?
Vá lá ver como é que está!
O horizonte era bonito.
Vicente Pires picotou.
Taguatinga ou Ceilândia.
Eu não sei onde estou.

O Riacho não é Fundo.
Samambaia não dá flor.
O Recanto não tem Emas.
Águas Claras já sujou.
 Duvida?

O culpado morou lá!
Duvida?
Nenhum governador quer morar lá.
Duvida?
Vá lá ver como é que está!

Candangolândia é logo ali.
Lago Oeste eu não sei não!
Planaltina fica onde?
Entre a aorta e o coração.

Cidade Livre é logo ali.
E a Papuda?
É a mais concrética negação.

Planaltina não é só via sacra.
Há também outras paixões.
Duvida?
Pergunte a mim?

Luiz Felipe Vitelli – Professor de Artes. Escritor. Poeta. Artista Plástico. Artesão e Compositor.

Foto: divulgação

COMBATER O MACHISMO E A VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES TAMBÉM É UMA
TAREFA DOS HOMENS

O FEMINISMO É PARA TODO MUNDO

FEDERAÇÃO D@S BANCÁRI@S DO CENTRO-NORTE ABRE NO MÊS INTERNACIONAL DA MULHER CURSO DE FORMAÇÃO PARA CONSCIENTIZAR E ENGAJAR DIRIGENTES, INCLUSIVE OS HOMENS, NA LUTA POR IGUALDADE E CONTRA A VIOLÊNCIA QUE ATINGE AS MULHERES

Cleiton dos Santos

As bancárias sempre estiveram na vanguarda das lutas das mulheres por igualdade e contra todas as formas de discriminação e de violência, como salários menores, assédio sexual, violência doméstica e feminicídio.

Até meados da década de 1960, o sistema financeiro era um território exclusivamente masculino. Hoje as mulheres são metade da categoria bancária. Desde então, em décadas de luta sindical, as bancárias obtiveram muitos avanços contra as discriminações e rumo à igualdade de direitos.

A mais recente conquista foi na última campanha salarial: a inclusão na Convenção Coletiva de uma cláusula de prevenção à violência contra as mulheres.

A despeito dos avanços, as discriminações persistem. Segundo dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério da Economia de 2019 – o último disponível -, as mulheres recebem 77,2% dos salários dos homens brancos no sistema financeiro, apesar de terem escolaridade superior a eles. As bancárias negras têm salários ainda inferiores: 62,8% da remuneração dos bancários brancos.

Além disso, as bancárias também são vítimas do machismo e da misoginia que impera na sociedade brasileira dominada pelo patriarcado, incentivada por um governo de extrema-direita e medieval que elegeu as mulheres como inimigas. Resultado disso é que aumentou no Brasil os casos de assédio sexual, violência doméstica e feminicídio.

Para qualificar os e as dirigentes sindicais na discussão sobre essa violência e as discriminações, a Federação d@s Bancári@s do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) lança neste mês o curso "O feminismo é para todo mundo", que será baseado no livro homônimo da professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista norte-americana bell hooks (assim mesmo, em minúscula), morta em dezembro de 2021.

O curso, que começa dia 17 de março e vai até 21 de julho, será virtual e quinzenal e terá como facilitadora a feminista Deise Recoaro, doutoranda em Relações de Trabalho, Desigualdade Social e Sindicalismo.

"O objetivo do curso é juntar teoria e prática a fim de melhorar a nossa atuação sobre as questões de gênero nas relações de trabalho, na abrangência da consciência feminista no movimento sindical, como também desmistificar as noções de feminismo ensinadas e propagadas de forma a demonizarmos enquanto feministas", explica Elis Regina, secretária da Mulher da Fetec-CUT/CN.

"Dando continuidade ao nosso planejamento de formação dos dirigentes da Fetec-CUT/CN, chegou a hora de falarmos sobre o feminismo. Essa bandeira de luta não é e não pode ser só das mulheres. É uma luta por respeito, direitos, por superação do machismo e da exploração das mulheres", acrescenta José Wilson da Silva, secretário de Formação Sindical da Federação.

Elis Regina conta que escolheu o livro "O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras" depois de ler a obra, que é uma espécie de "manual" a partir da sua experiência pessoal e de militância feminista nos Estados Unidos.

A secretária de Mulher da Fetec-CUT/CN explica ainda que em cada capítulo do livro bell hooks "mostra de maneira muito simples que o feminismo é um movimento que vem para combater o sexismo e todas as formas de opressão, além de nos lembrar que todos nós, homens e mulheres, somos socializados para aceitar, para incorporar e para reproduzir essas práticas, ações e pensamentos sexistas".

E por isso é necessário que todos estejam engajados e unidos nessa luta imprescindível.

Cleiton dos Santos – Presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN), Conselheiro da Revista Xapuri.

FETEC CUT Centro Norte

ALICE, O GATO RISONHO E A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

Gilney Viana

Em debate virtual, recente, respondi à pergunta sobre transição ecológica como o Gato Risonho respondeu à Alice, perdida no mundo da fantasia, sobre qual caminho deveria seguir: depende aonde quer chegar[1].

Diferente de Alice, meu ponto de partida é o mundo real, a Terra, que pela cognição do eu coletivo está em transe, rumo a outro equilíbrio ecológico, em função dos impactos provocados pela civilização industrial.

Meu ponto de chegada é uma nova civilização que supere a crise ecológica e sua principal determinação, o capitalismo e todas as formas de poder que lhes dá sustentação – alternativa que identifico como ecossocialista.

Definidos o ponto de partida real e antevisto o ponto de chegada utópico concreto, como definiria Ernest Bloch[2], identifico o caminho como transição ecológica sistêmica. Essa coerência teórica, contudo, foi questionada a partir de perguntas pertinentes.

Em outra oportunidade, fui confrontado por um militante estudioso que recorreu à autoridade moral e intelectual de Noam Chomsky, respeitado intelectual socialista norte-americano. Admite Chomksy: "Os dois esforços, evitar o desastre ambiental e desmanchar o capitalismo em prol de uma sociedade mais livre, justa e democrática, podem ocorrer em paralelo". (p.186)[3].

Contudo, introduz na discussão a escala do tempo, ou, melhor dizendo, o tempo que temos para evitar o desastre ambiental (que está datado para a década de 1950 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC, sigla em inglês) e o tempo que imaginamos ter para desmanchar o capitalismo (que não está nem pode ser datado). E conclui assertivamente: "É impossível desmantelar o capitalismo na janela do tempo de que dispomos para tomar medidas urgentes..." (p. 185).

Essa tese de Chomsky confronta aquela parte de minha resposta a Alice que associa necessariamente a superação da crise ecológica à superação do capitalismo. E exigirá uma defesa mais consistente da tese à qual me filio de que há limite ecológico ao crescimento econômico, ou, expansão ampliada do capital. Porque além deste limite seria a catástrofe. [4]

Neste momento, contudo, vale focar na consequência prática dessa assertiva de Chomsky, que é a defesa do Greeen New Deal Global como uma proposta de superação da crise ecológica independente de superação ou não do capitalismo. Diria, uma proposta de transição ecológica não antissistêmica, não anticapitalista.

Robert Pollin, um dos formuladores do Green New Deal Global que partilha essa entrevista com Chomsky, defende que além do enfrentamento da emergência climática ele "servirá de força motriz para transformar o capitalismo, afastando-o de seu atual interregno entre o neoliberalismo e o neofascismo" (p. 103). Seria o ponto de chegada do Pollin. E, para ser efetivo, propõe uma série de medidas econômicas que levariam a zerar as emissões globais líquidas de CO2 até 2050, que exigiriam investir 2,5% do PIB Global ao ano, que corresponderiam de 2 a 3 trilhões de dólares por ano. Até agora, não há projeto e nem governança global para tanto, como apontaremos.

As principais iniciativas de impacto global são menos ambiciosas: a proposta de "Reconstruir Melhor" do presidente Biden (Estados Unidos) anunciou investimento total de 4 trilhões e só conseguiu aprovar no Congresso um Plano de Infraestrutura de 1 trilhão de dólares; o Pacto Ecológico da União Europeia, focado no emprego, anuncia um plano total de 1 trilhão de dólares; e o 14º Plano Quinquenal da China, do qual não conheço as dimensões financeiras dos investimentos ambientais, estão focadas também na infraestrutura. Somados, nada comparável aos 2,5% do PIB global, propostos pelo Green New Deal Global.

No plano multilateral, o palco das negociações políticas foi transferido para a Convenção sobre Mudança do Clima. A meta de zerar as emissões globais líquidas de CO2eq até 2050 não encontrou correspondência no somatório das metas nacionais tanto na COP 21 (Paris, 2015) como na COP 26 (Glasgow, 2021), e provavelmente não encontrará sucesso na COP 27 (em Sharm El-Sheik, Egito, 2022). Conclusão: até agora a transição ecológica por dentro do sistema está seriamente questionada.

Tudo isto tem a ver com disputas econômicas e geopolíticas globais. Apesar da "guerra econômica" entre Estados Unidos e China e as disputas geopolíticas entre Estados Unidos e Rússia em torno da Ucrânia, ocorreu uma janela de oportunidade política em 2015 que possibilitou os Acordos de Paris.

Em 2021, o pretenso protagonismo dos Estados Unidos, que retornarão aos Acordos de Paris após deles se excluírem, não foi capaz de atrair os presidentes da China e da Rússia, que anunciaram tempos diferenciados para zerar suas emissões líquidas de CO2eq; e tampouco pressionar a maioria dos países a adequarem suas metas nacionais. Porque o mundo geopolítico mudou. E

Ilustração: John Tenniel, livro Alice no País das Maravilhas.

agora, o que esperar da COP 27 no Egito, após a guerra da Ucrânia e a disputa global que se escancarou?

O tempo não para – dizia o poeta e cantor Cazuza. A crise climática não para, diz o novo Relatório do IPCC (IPCC-AR6-WG2) divulgado recentemente: os efeitos da crise climática estão sendo antecipados com repercussão econômica e social maior que a prevista em relatório anterior.

A escala do tempo está sendo encurtada e a janela de oportunidade política para uma transição por dentro do sistema está seriamente questionada – a primeira assertiva joga a favor e a segunda contra a tese de Chomksy.

Sinceramente, no mundo real caótico e no mundo virtual fantástico em que vivemos, já não me parece desarrazoada a perplexidade de Alice e tampouco a resposta do Gato Risonho.

Gilney Viana – Ambientalista. Professor Universitário. Escritor, Conselheiro da Revista Xapuri.

(1) Alice no país das Maravilhas. Lewis Carroll, Faro Editorial, 2020, p.69.

(2) Munster, Arno. Ernst Bloch: filosofia da práxis e a utopia concreta. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

(3) Chomsky, Noam. Crise climática e o Green New Deal global: a economia política para salvar o planeta/Noam Chomsky e Roberto Pollin; tradutor: Bruno Cobalchini Mattos. 1 ed. – Rio de Janeiro: Roça Nova, 2020.

(4) Meadows, D. H; Meadows, D. L; Rangers, Jorgen: Behrens III, W.W. Limites do Crescimento., São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

Foto: Tuane Fernandes/Greenpeace

INOMINÁVEL USA GUERRA NA RÚSSIA PARA FORÇAR MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Cristina Ávila e Leanderson Lima

No sistema interno da Câmara, o deputado federal Ricardo Barros (PP) recolheu, na quinta-feira (3 de março), assinaturas suficientes para a maior investida anti-indígena promovida pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). O líder do governo conseguiu protocolar na Mesa Diretora o requerimento para que o Projeto de Lei 191/2020, de autoria do Executivo, entre em tramitação em regime de urgência. Se aprovado, como defendeu o próprio presidente um dia antes em seu perfil no Twitter, estará aprovada no Brasil a mineração em terras indígenas. O desastre ambiental e social será iminente.

O governo aproveita do clamor em relação à guerra da Rússia contra a Ucrânia para aprovar o PL 191, que regulamenta os artigos 176 e 231 da Constituição e autoriza o garimpo hoje considerado ilegal dentro dos territórios indígenas. O argumento de Bolsonaro é que há potássio na Amazônia, mineral utilizado para a produção de fertilizantes e parte dele em terras indígenas. Com a invasão russa no país vizinho, o Brasil e o resto do mundo terão dificuldades em comprar da Rússia fertilizantes utilizados na agricultura.

"Se passar este PL, será o fim de muitos povos indígenas do Brasil", sentenciou o deputado Nilto Tatto (PT/SP). "Eles aproveitam o momento que está todo mundo comovido com a situação da guerra e dizem que para não haver prejuízo para o Brasil e deve autorizar a mineração em terras indígenas."

O deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) alerta: "Existe um risco real desse PL ser votado nas próximas semanas. O governo está fazendo pressão. A desculpa será para a indústria de fertilizantes, mas na verdade será para liberar os garimpeiros".

Para a oposição, que praticamente jogou a toalha diante do trator governista e do lobby do agronegócio no Congresso, o PL 191/2020 é o golpe mais articulado contra a autonomia territorial dos povos indígenas. Uma vez aprovado, passará a ser permitida a "exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos" em reservas indígenas. O principal argumento de Bolsonaro é o "aproveitamento econômico dos territórios" indígenas.

DERROTA À VISTA

"Sinceramente, acho que seremos derrotados. Não temos os votos. Mas precisamos nesse primeiro momento denunciar e pressionar a oposição para se manifestar duramente no colégio de líderes. Temos apenas 150 votos", declara Agostinho.

Mesmo antes de subir a rampa do Palácio do Planalto, Bolsonaro já anunciava como seria a sua política anti-indígena. Em um de seus discursos mais insidiosos, o então presidenciável disse que, se assumisse a Presidência, "índio não terá mais 1 centímetro de terra". Nenhum novo território indígena foi criado desde 2019.

O compromisso assumido em campanha ganhou novos capítulos quando o Supremo Tribunal Federal (STF) deu início à votação da tese do marco temporal, em setembro de 2021. A tese delibera sobre o direito à terra, pelos povos originários. O julgamento saiu de pauta por conta de um pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes. Ele já foi devolvido ao plenário, mas ainda não há previsão para voltar a ser julgado.

Em abril de 2019, já preparando terreno para o PL 191/2020, Bolsonaro lembrou das riquezas minerais na Amazônia. "Em Roraima tem 3 trilhões de reais embaixo da terra. E o índio tem o direito de explorar isso de forma racional, obviamente. O índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica", disse o presidente, quando recebeu um grupo de indígenas – apoiadores de sua política – das etnias Pareci (Mato Grosso), Macuxi (Roraima), Xukuru (Pernambuco) e Yanomami (Amazonas/Roraima), em Brasília.

O QUE HÁ NO PL 191/2020

No PL 191, o projeto do governo federal libera "pesquisa e lavra de recursos minerais, como ouro e minério de ferro, e de hidrocarbonetos, como petróleo e gás natural; e para o aproveitamento hídrico de rios para geração de energia elétrica nas reservas indígenas". O texto do Executivo determina ainda que a "exploração econômica do subsolo indígena deverá assegurar indenização às comunidades afetadas".

Na tentativa de angariar simpatia das comunidades indígenas, o projeto prevê que elas devem receber, como participação nos resultados, "0,7% do valor da energia elétrica produzida; entre 0,5% e 1% do valor da produção de petróleo ou gás natural; e 50% da compensação financeira pela exploração de recursos minerais".

O PL 191 aponta que devem ser criados "conselhos curadores, de natureza privada", que terão a participação de indígenas, e também das pessoas responsáveis pela "gestão financeira dos recursos". Ainda conforme previsto no projeto, as comunidades indígenas terão um prazo de 180 dias para conceder a permissão ou não para lavra garimpeira.

O deputado Nilto Tatto reforça que a propalada mineração em terras indígenas não resolverá de imediato o problema momentâneo da oferta de fertilizantes. Nenhuma atividade mineradora começa de um dia para o outro. Além do mais, explica o parlamentar petista, o próprio governo federal fechou uma fábrica de fertilizantes no Paraná e está vendendo outra no Mato Grosso do Sul para investidores russos. Tatto considerou

Foto: Tuane Fernandes/Greenpeace

irresponsabilidade do governo federal por ter fechado e vendido fábricas de fertilizantes e agora quer jogar a população contra os povos indígenas, responsabilizando-os sobre repercussões da guerra da Rússia contra a Ucrânia na importação de insumos para a agricultura.

COMUNIDADE INTERNACIONAL

"O Brasil tem sido constrangido no exterior por causa da violência contra os povos indígenas", afirma o assessor jurídico da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Tito Menezes, do povo Sateré-Mawé. O assessor da Coiab se referiu às medidas cautelares concedidas em favor dos povos Guajajara e Awá, da Terra Indígena Araribóia, no Maranhão, em janeiro de 2021, devido aos riscos durante a pandemia de Covid-19 por negligência na assistência à saúde e pela presença de pessoas não autorizadas em seu território.

Em junho do ano passado, a mesma Comissão e o Escritório Regional da América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas se expressaram contra atos de violência contra os Yanomami e Munduruku, exortando o Brasil a cumprir seus deveres constitucionais.

Embora o governo federal tenha sofrido derrotas no STF, isso não tem impedido Bolsonaro de realizar investidas anti-indígenas. Exemplo recente foi o decreto presidencial, assinado em 11 de fevereiro, que libera o chamado "garimpo artesanal". O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mapa), na visão de especialistas como o cientista Philip Martin Fearnside, não será nem "artesanal", tampouco promoverá o "desenvolvimento sustentável".

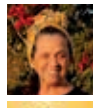
De acordo com o assessor jurídico da Coiab, o Brasil de Bolsonaro se tornou emblemático na violência contra os povos indígenas. "E isso preocupa a comunidade internacional, especialmente a América Latina que se sente apreensiva pelas ameaças que representam o que chamamos de erosão da proteção constitucional dos direitos dos povos indígenas nessa agenda nociva do governo federal", diz.

ESTRADAS PARA O POTÁSSIO

Enquanto o PL 191/20 avança na Câmara, em Brasília, no interior do Amazonas, o governador bolsonarista Wilson Lima (PSC) passou o dia inaugurando obras no município de Autazes (distante a 115 quilômetros de Manaus), que completou nesta quinta-feira, 66 anos de fundação. Lima entregou dois ramais pavimentados, o Marechal Rondon e o São Félix, que dão acesso a comunidades indígenas do município. Se o PL 191 for aprovado, a obra estadual em Autazes, que é um dos principais municípios a registrar ocorrências de silvinita, o minério mais importante para a produção do potássio, vai facilitar o acesso das empresas mineradoras às comunidades indígenas. É em Autazes onde está a maior reserva do minério no estado do Amazonas.

A empresa Potássio do Brasil, subsidiária do banco de investimentos Forbes & Manhattan, do Canadá, iniciou pesquisas e exploração no município há mais de dez anos, mas a atividade foi suspensa por determinação da Justiça Federal do Amazonas. Atividade minerária, embora fora dos territórios indígenas, afetará a vida do povo Mura. Uma das consequências da produção será a grande quantidade de rejeitos. Portanto, segundo a justiça federal, os indígenas deverão ser consultados sobre o empreendimento.

Em janeiro de 2021, o governo federal anunciou a descoberta feita pelo Serviço Geológico Brasileiro – órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – de novas ocorrências de potássio na Bacia do Amazonas. Os principais depósitos de potássio estão nos municípios de Nova Olinda do Norte, Autazes e Itacoatiara, com "reservas em torno de 3,2 bilhões de toneladas de minério". Há ainda ocorrências em Silves, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Nhamundá e Juruti.



Cristina Ávila e Leanderson Lima – Jornalistas. Matéria publicada originalmente no site https://amazoniareal.com.br/ com o título: Bolsonaro usa guerra na Rússia para forçar mineração em terras indígenas. A Xapuri optou por não usar o nome do inominável na capa das matérias que publica.

Imagem: divulgação

NOSSO QUINTAL É DO TAMANHO DO MUNDO

Andreia Prestes

Nosso quintal é do tamanho do mundo
Nele passaram os sonhos de Marighela
Pisaram os pés do Gregório Bezerra
As palavras do Prestes
Resistimos!

Nesse quintal Ecilas e Marias
falaram sobre a dor do exílio,
dos que ficaram e dos que partiram.
Resistimos!

Neste terreno se debateu a construção
da Escola de Samba Quilombo dos Palmares,
que pretendia ser um retorno a tradição cultural afro do samba.
Eduardo Rezende, meu bisavô, com Candeia e tantas outras vozes.
Resistimos!

Aqui também sofremos as arbitrariedades
de mandatários tiranos
durante a Ditadura Civil Militar.
Numa manhã de inverno a polícia invadiu,
quebrou muita coisa e levou todos presos.
Resistimos!

O quintal assistiu a prisão da bisavó Alice,
mulher de vida sofrida que teve coragem
de em 1929 se insurgir contra o marido violento
e construir novas relações afetivas.
Resistimos!

Aqui, neste quintal, incansáveis vezes nos reunimos
para lembrar de João Massena, meu avô,
integrante do Comitê Central do Partido Comunista
assassinado pela Ditadura militar em 1974,
cujo corpo não nos foi dado sequer o direito de velar.

Do tamanho do mundo é o quintal.
Lugar de memória, de luta e também de lágrimas.
Resistimos!

Andreia Prestes – Escritora. Neta da revolucionária Maria Prestes, falecida no último dia 4 de fevereiro, aos 92 anos, a quem homenageamos com a publicação deste poema.

Foto: Arquivo Pessoal

EDUCAÇÃO: O MELHOR CAMINHO PARA QUE TODAS NÓS SEJAMOS LIVRES

Por Rosilene Corrêa*

A criança que chega à escola, mesmo que pequenina, traz consigo vivências. O dia a dia em casa, as experiências na comunidade. Em todos os espaços, ela capta e reproduz; inclusive os exemplos de machismo e sexismo.

Não é raro ver crianças de 4 anos dizendo "isso não é coisa de menina". Infelizmente, também não é raro ver meninas adolescentes de 14 anos ou menos vítimas de violência sexual – muitas vezes cometida por um homem da família.

Não é incomum ver meninas com a capacidade intelectual desacreditada. Afinal, não só seus corpos são atacados, mas também suas mentes. Muitas vezes, elas sequer sonham em ser astronautas, engenheiras, cientistas, presidentas, mesmo que estejam no espaço apropriado para aprender e poder ser o que quiserem.

É diante dessa realidade que educadoras e educadores precisam estar comprometidas(os) com a função social da escola. Nesse espaço, o desenvolvimento da formação intelectual é tão importante quanto o desenvolvimento do ser como humano.

O processo de aprendizado não deve estar restrito a letras e números. É preciso que o espaço da escola rompa com as estruturas sociais que condenam mulheres a não quererem muito; e formam homens que, pelo fato de serem homens, acham que podem mais. Aliás, é preciso que os meninos criem consciência de que os homens sempre puderam tudo, e que por isso têm tanta dificuldade em ter menos, ainda que seja um pouco menos.

É preciso sim que o espaço da escola ensine que mulheres não podem ser assediadas, mulheres não podem ser agredidas, mulheres não podem ser assassinadas. Isso deve ser definitivo, e nunca poderá ser tolerado.

É urgente que crianças e adolescentes aprendam que a premissa é sempre o respeito. Não existe "mas ela tava pedindo", "mas olha a roupa dela" ou qualquer outra tentativa de justificar o injustificável. O não é não deve ser absoluto.

A escola precisa transpor de uma vez por todas os estereótipos, a reprodução dos modelos de opressão e a desigualdade cruelmente estabelecidos. E não se trata de direita ou esquerda. O que está em jogo é a civilidade, os direitos humanos, a vida.

Se o Brasil vem, desde 2017, em uma crescente de números e estatísticas lastimáveis quando o recorte são as mulheres, seja no trabalho, na divisão das atividades domésticas, nos dados sobre violência e assassinatos, que a reviravolta seja realizada por nós, educadoras e educadores, fazendo das escolas um espaço-resistência.

Que o currículo escolar traga muitas e muitas mulheres como referência; que os livros didáticos tenham vozes femininas; que a pluralidade seja comum em sala de aula.

A educação libertadora é o melhor caminho para que todas nós sejamos livres.

Rosilene Corrêa – Diretora do Sinpro/DF. Conselheira da Revista Xapuri.

SER DE ESQUERDA HOJE NO BRASIL

Emir Sader

Foto: Ricardo Stuckert

O PT é um partido de esquerda, o mais forte partido de esquerda que o Brasil já teve, o único partido realmente nacional hoje, com grandes projeções na América Latina e no mundo.

Sempre houve no PT debates entre posições distintas, daí inclusive a novidade democrática do partido conter presença de diferentes correntes no seu interior.

Os debates se deram em todos os momentos da história do PT, praticamente desde sua fundação, inclusive sobre o caráter que devesse ter o novo partido. Nem sempre os debates deixam lições claras para a trajetória do partido.

Foi contra a tendência que o PT estava assumindo, com seu programa elaborado para as eleições, que o Lula promoveu uma guinada em 2002, que permitiu a vitória do partido, pela primeira vez, para a presidência da república. O partido mantinha seu nível histórico de pouco mais de 30% de preferências nas pesquisas, com o favoritismo de Ciro Gomes e a disputa com José Serra.

Quando Serra, diante do risco de ficar fora do segundo turno, jogou tudo para tirar o favoritismo de Ciro, boa parte desse eleitorado ficou disponível para ser disputado entre o PT e os tucanos. Serra tinha dificuldades, pelo desgaste do governo de FHC, cuja continuidade ele representava diretamente. Lula se lançou à conquista desses votos com a Carta aos brasileiros e a projeção da imagem do "Lulinha paz e amor".

A combinação desses dois instrumentos é que levou o Lula à vitória, no segundo turno, quando deu o salto da casa dos 30% para a casa dos 50%. Lula captava não apenas as condições da vitória, mas a via de lutar contra o neoliberalismo.

Deu início ao seu governo com um pequeno ajuste fiscal, para que tivesse recursos para implementar a grande chave do sucesso dos governos do PT – a centralidade das políticas sociais. Resgatou o papel ativo do Estado para induzir a retomada do crescimento econômico e colocou em prática uma ativa política externa soberana, priorizando os processos de integração regional e não o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. Tudo mantendo o equilíbrio das contas públicas e o controle da inflação.

Esse esquema de governo não apenas permitiu a Lula ganhar, mas governar, mesmo já em meio à dura ofensiva da direita e da mídia, levando o Brasil a ter os governos mais virtuosos da sua história. A economia voltou a crescer, se passou a ter políticas de distribuição de renda, com expansão do mercado interno de consumo popular e enfrentamento às desigualdades sociais e regionais.

Para isso, o Lula organizou as alianças políticas que, sob a hegemonia das políticas do PT, levaram o governo a ter a força política e parlamentar para governar com sucesso o Brasil. Nunca a esquerda teve tanta força e conseguiu hegemonia no país, como quando o Lula concluiu seu segundo mandato, com 87% de apoio.

Uma esquerda que permitiu que o PT tivesse a façanha de ganhar quatro eleições presidenciais seguidas, democraticamente, respeitando os mecanismos republicanos, convivendo com a dura oposição da mídia e do Judiciário. Porque o Lula tinha encontrado os meios de a esquerda ser hegemônica no país, mesmo sem ser majoritária no voto popular e no Congresso.

O PT levou a que as forças democráticas e populares passassem a governar o país, mesmo em meio à predominância mundial do modelo neoliberal. Apoiado no que caracteriza as posições de esquerda, no PT e em outros partidos: ser frontalmente anti-neoliberal, resgatar o papel ativo do Estado e colocar em prática uma política externa soberana.

São essas posições que continuam a caracterizar a esquerda, liderada por Lula. Que se deu conta que, para voltar a colocar em prática essas posições, é condição a derrota do bolsonarismo, para o que é indispensável contar com um amplo marco de alianças políticas, tanto para vencer as eleições, como poder governar.

Os debates internos do PT são sempre saudáveis, colocam as alternativas, obrigam a esclarecer as razões das posições tomadas pelo partido. Sob a liderança do Lula e da Gleisi, o partido tem se mostrado estar à altura dos maiores desafios que o país já enfrentou – de sair dos desastres a que a direita brasileira levou o país com este governo, reconduzi-lo à democracia, a políticas de justiça social e à reconquista das posições de prestígio do Brasil no mundo.

Faltam ainda muitas definições programáticas, de que o PT já tem esboçado o norte: fim do teto de gastos, recuperação para o Estado de empresas privatizadas, reforma fiscal para dotar o Estado de recursos para enfrentar a superação do caos atual do país, entre outras iniciativas. É preciso aproveitar os meses daqui até as eleições, para conformar com mais precisão o programa com que o PT, se vitorioso, pretende voltar a governar o Brasil.

A liderança do Lula, aberto às posições de todos os setores que se dispõem a lutar contra o bolsonarismo, permite ao PT encarar essas tarefas pendentes, para chegar, daqui a menos de 7 meses, em condições de – quem sabe, até – ganhar no primeiro turno, virar esta página hedionda história do Brasil e recuperar o país, sua imagem no mundo e o orgulho de sermos brasileiros.

Emir Sader - Sociólogo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

A INSANIDADE DOS CAVALEIROS DO APOCALIPSE: RÚSSIA E USA

Leonardo Boff

Pintura: Viktor Vasnetsov (1887).

O livro do Apocalipse que narra os embates finais de nossa história,entre as forças da morte e as da vida, nos pinta um cavalo de fogo que simboliza a guerra: "ao cavaleiro foi-lhe dada desterrar a paz da terra para que os homens se degolassem uns aos outros"(6,4). A guerra entre a Rússia e a Crimeia e a ordem do presidente russo de manter as armas nucleares em alerta máximo nos suscitam a ação do cavalo de fogo, a degola da humanidade, vale dizer, um Armaggedon humano.

As sanções severíssimas impostas pela NATO e pelos USA à Federação Russa podem levar ao colapso toda a sua economia. Face a esse desastre nacional não se pode excluir a possibilidade de que o líder russo não aceite a derrota como se Napoleão (1812) ou Hitler(1942) tivessem tomado o país, coisa que não conseguiram. Então realizaria as ameaças e iniciaria um ataque nuclear. Só o arsenal da Rússia pode destruir, por várias vezes, a vida humana do planeta. E um revide pode danificar toda a biosfera sem a qual a nossa vida não poderia persistir.

Por detrás deste confronto Rússia/Ucrânia se ocultam forças poderosas em disputa pela hegemonia mundial: a Rússia,aliada à China e os USA. A estratégia deste último é mais ou menos conhecida, orientada por duas ideias-força: *"um mundo e um só império"* (os USA), garantido pela *full-spectrum* dominance: a dominação em todos os campos com 800 bases militares distribuídas pelo mundo, mas também com a dominação econômica, ideológica e cultural. Tal dominação completa fundaria a pretensão dos USA de sua "excepcionalidade", de ser "a nação indispensável e necessária", a"âncora da segurança global" ou o "único poder" *(lonely power)* realmente mundial.

Nessa vontade imperial, a NATO, por detrás da qual estão USA, se expandiu até os limites da Rússia. Só faltava mesmo inserção da Ucrânia para fechar o cerco. Mísseis colocados na fronteira ucraniana alcançariam Moscou em minutos. Daí se entende a exigência da Rússia da manutenção de neutralidade da Ucrânia, caso contrário seria invadida. Foi o que ocorreu com as perversidades que toda guerra produz. Nenhuma guerra é justificável porque assassina vidas humanas e vai contra o sentido das coisas que é a tendência de permitirem na existência.

A China, por sua vez, disputa a hegemonia mundial não por via militar, mesmo aliada à Rússia, mas pela via econômica com seus grandes projetos como a Rota da Seda. Neste campo está ultrapassando os USA e alcançaria a hegemonia mundial até com um certo ideal ético, o de criar *"uma comunidade de destino comum participado por toda a humanidade, com sociedades suficientemente abastecidas".*

Mas não quero prolongar esta perspectiva bélica, verdadeiramente insana a ponto de ser suicidária. Mas esse confronto de potências revela a inconsciência dos atores em tela acerca dos reais riscos que pesam sobre o planeta que, mesmo sem as armas nucleares, poderão pôr em risco a vida humana. Seja dito que todos os arsenais de armas de destruição em massa se mostraram totalmente inúteis e ridículos face a um pequeninissimo vírus como o Covid-19.

Essa guerra revela que os responsáveis pelo destino humano não aprenderam a lição básica do Covid-19. Ele não respeitou as soberanias e os limites nacionais. Atingiu o inteiro planeta. A epidemia pede a instauração de uma governança global face a um problema global. O desafio vai além das fronteiras nacionais, é construir a Casa Comum.

Não se deram conta de que o grande problema é o aquecimento global. Já estamos dentro dele, pois os eventos fatais de inundações de regiões inteiras, tufões e escassez de água doce são visíveis.Temos somente 9 anos para evitar uma situação de não retorno. Se até 2030 atingirmos 1,5 graus Celsius de calor, seremos incapazes de controlá-lo e vamos na direção de um colapso do sistema-Terra e dos sistema-vida.

Encostamos nos limites de sustentabilidade da Terra. Os dados da Sobrecarga da Terra (*Earth Overshoot*) apontam que no dia 22 de setembro de 2020 esgotaram-se os recursos não renováveis, necessários para a vida. O consumismo que persiste cobra da Terra o que ela já nã pode dar. Em resposta, ela nos envia vírus letais, aumenta o aquecimento, desestabiliza os climas e dizima milhares de seres vivos.

A superpopulação associada a uma nefasta desigualdade social com a grande maioria da humanidade vivendo na pobreza e na miséria, quando 1% dela controla 90% da riqueza e dos bens e serviços essenciais, pode conduzir a conflitos com incontáveis vítimas e à devastação de inteiros ecossistemas.

Estes são os problemas, entre outros, que deveriam preocupar os chefes de Estado, os CEOs das grandes corporações e os cidadãos, pois eles diretamente colocam em risco o futuro de toda a humanidade. Face a esse risco global é ridícula uma guerra por zonas de influência e de soberanias já obsoletas.

O que nos causa esperança são aqueles "Noés" anônimos que vicejam em todas as partes, a partir de baixo, construindo suas arcas salvadoras mediante uma produção que respeita os limites da natureza, por uma agroecologia, por comunidades solidárias, por democracias socioecológicas participativas, trabalhando a partir dos próprios territórios. Eles possuem a força da semente do novo e com uma nova mente (a Terra como Gaia) e com um novo coração (laço de afetivo e de cuidado para com a natureza), garantem um novo futuro com a consciência de uma responsabilidade universal e uma interdependência global.

A guerra deles é contra a fome e a produção da morte e sua luta é por justiça para todos, promoção da vida e defesa dos mais fracos e desvalidos. Isso é o que deve ser. E o que deve ser tem intrinsecamente uma força invencível.

Leonardo Boff – Ecoteólogo. filósofo e escritor e escreveu: Brasil: concluir a refundação ou prolongar a dependência, Vozes, 2018; Habitar a Terra qual o caminho para a fraternidade universal? Vozes, 2021.Shape

ZINA AITA:
A QUASE INVISÍVEL PARTICIPANTE DA SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922

Iêda Vilas-Bôas

Comemoramos recentemente o primeiro centenário da Semana de Arte Moderna, que ocorreu nos dias 13 a 17 de fevereiro de 1922. Ao analisarmos registros fotográficos do evento, inicialmente nos vem à cabeça uma importante pergunta: Mulheres não foram convidadas? Mulheres não seriam suficientemente modernas para alcançar o imenso rol de homens que estavam à frente do movimento cultural e artístico?

Inicialmente o movimento foi batizado de Semana Futurista e, depois se adequou o nome para Semana de Arte Moderna, as atividades levantaram uma nova concepção sobre a arte no Brasil, fizeram sucesso no Theatro Municipal de São Paulo artistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Heitor Villa-Lobos e Di Cavalcanti. Tornou-se marco e símbolo da proposta de modernização da arte brasileira, um dos mais influentes movimentos artísticos do país.

Voltemos, pois, para ambas as perguntas do primeiro parágrafo: a resposta é um sonoro Não. Até na Semana futurista de Arte Moderna o patriarcalismo deixou seu ranço com pigarros e cusparadas de um passado nem tão distante. Infelizmente, somente três mulheres participaram da tão importante semana, foram elas: Tarsila do Amaral (a quem já dediquei minha escrita), Anitta Malfatti e, até então, a desconhecida de muitos: Zina Aita.

Quem foi Zina Aita? Exímia pintora que nasceu Belo Horizonte – MG em 1900 e faleceu em Nápoles, Itália – 1967. Era uma jovem talentosa e de criativa expressão naquele ano de 1922. Tereza Aita, de apelido e assinatura artística Zina Aita, ainda adolescente viaja para Florença – Itália, tem a oportunidade de realizar estudos com o artista Galileo Chini (1873–1956) na Accademia di Belle Arti di Firenze (Academia de Belas Artes de Florença).

Permanece na Itália entre 1914 e 1918. De volta ao Brasil, a jovenzinha conecta-se com os modernistas Manuel Bandeira (1886–1968) e Ronald de Carvalho (1893–1935). Aproxima-se também da pintora Anita Malfatti (1889– 1964), de quem se torna amiga.

Conhece o escritor Mário de Andrade (1893–1945) e, por incentivo dessa turma de modernistas, expõe, pela primeira vez, sua arte, em mostra individual na cidade de Belo Horizonte – MG. Assim, antes de 22, em 1920, é considerada a precursora do modernismo em Minas Gerais.

Dessa exposição, foi um pulo para ser convidada a participar da Semana de Arte Moderna, em São Paulo. A revista Klaxon, antenada aos novos tempos e aos artistas singulares, contratou Zina para algumas publicações que foram de imediato elevadas ao pedestal de obras-primas. Talvez por não figurar amiúde do fechado grupo de artistas paulistas, em sua maioria homens, sua produção permanece pouco conhecida.

Na Semana de Arte Moderna, notou-se o interesse da artista em expor telas usando a técnica decorativa e pintura da figura humana, trazendo sua ligação com o impressionismo. Apresentou oito obras na Semana de Arte Moderna de 1922, sendo que Zina expôs três relevantes obras decorativas (A pintura decorativa é uma categoria ampla que engloba várias técnicas e meios de pintura aplicados a uma variedade de superfícies) na Semana: a de nº 47, Paisagem Decorativa, a de nº 48, Máscaras Siamesas e a de nº 51, Painel Decorativo.

Interessante saber que Zina Aita raramente dava títulos ou datava suas telas, talvez a opção de não assinar, datar ou colocar títulos em sua obra expressasse a personalidade sutil da pintora. Há os que disseram e dizem que Zina Aita como expositora de 1922 foi a que mais agradou ao público.

Segundo alguns estudiosos, sua pintura nesse período aproxima-se do movimento Art Nouveau e do pós-impressionismo.

Firme e confiante, mesmo com pouco prestígio, segue Zina Aita realizando mostras individuais. Em 1923, participa do 1º Salão da Primavera, no Rio de Janeiro. Em 1924, muda-se para a Itália, fixa residência em Nápoles e, ali, passa a dirigir e administrar uma fábrica de cerâmica, tornando-se reconhecida ceramista naquele país.

Retorna ao Brasil em 1990, expondo no Museu de Arte da Pampulha – MAP a mostra Jeanne Milde, Zina Aita: 90 Anos. Mademoiselle Milde foi uma escultora modernista belga, que morou no Brasil e organizou a exposição.

Zina Aita trouxe e foi admirada pela cena de sua obra: Trabalhadores calçando uma rua, feita com o uso da Técnica Divisionista. O divisionismo também designado por cromoluminarismo é uma teoria ou um estilo de pintura neoimpressionista, que separa as cores em pequenos pontos ou pinceladas de cor pura.

A aplicação destes pontos na tela leva o observador a misturar visualmente as cores e, assim, "construir" a pintura, segundo seu próprio manancial de referências artísticas.

Outra tela que chamou a atenção de todos foi Homens Trabalhando [A Sombra]. Também é identificada no acervo exposto em 1922 uma aquarela com um Nu Feminino, que revelava seu talento de desenhista e sua afinidade com a produção de Degas (1834–1917), um pintor, gravurista, escultor e fotógrafo francês, conhecido sobretudo pela sua visão particular do mundo do balé, sabendo captar as mais belas poses e sutis cenários da secular dança.

A pintora traz também em seus traços influência da obra de Gustav Klint, pintor austríaco renomado que se associava ao simbolismo, destacou-se dentro do movimento Art Nouveau e foi um dos fundadores do movimento que recusava a tradição acadêmica nas artes.

Saudamos essa brilhante pintora e desejamos que, nos próximos eventos e movimentos, a presença feminina tenha maior destaque, em telas, em poesia e em destacada presença.

Salve Zina Aita!

Iêda Vilas-Bôas –
Escritora, Conselheira da Revista Xapuri.

MULHERES NA POLÍTICA:
NEM ELE, NEM OS PROJETOS DELE

MULHERES NO CAMPO:
SAÚDE DA TERRA AO PRATO

DIVERSIDADE:
MAIS EMPREGOS E EMPATIA

ANO 20 • VOL. 1
N. 20 • EDIÇÃO 2022

Mátria

20 ANOS

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE

ELZA SOARES

Diva negra e feminista, viveu muitas vidas numa só

REVISTA MÁTRIA 20 ANOS

Lançada anualmente pela CNTE desde 2003, a Revista Mátria debate a luta da mulher pela igualdade de direitos, de maneira informativa e educativa. O intuito é contribuir para que o mundo seja um lugar onde todos tenham espaço, vez, voz e sejam tratados com justiça e igualdade de oportunidades.

8 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER

ACESSE:
REVISTAMATRIA.COM.BR

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Brasil
www.cnte.org.br
Filiada à CUT BRASIL
Internacional da Educação
FNPE Fórum Nacional Popular de Educação

XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEM COM A GENTE!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **360**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **390**,00 24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE